

BAHIA DE TODA GENTE

Vol.1

AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

BAHIA QUE FAZ

Vol.2

DENSIFICAÇÃO DA BASE ECONÔMICA E
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

RIQUEZAS DA BOA TERRA

Vol.3

RECUPERAÇÃO, PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL

CAMINHOS DA BAHIA

Vol.3

INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA

GESTÃO SOLIDÁRIA E GOVERNO COMPETENTE

Vol.3

RIQUEZAS DA BOA TERRA

11

PATRIMÔNIO NATURAL

15

AGENDA AMBIENTAL

17

Gestão de Recursos Naturais e de Ecossistemas	17
Fomento Florestal Integrado	20
Desenvolvimento Florestal	21
Combate à Desertificação	21

GESTÃO AMBIENTAL

22

Conselho Estadual de Meio Ambiente – Cepam	22
Gestão de Unidades de Conservação Ambiental	23
Gestão Participativa de Unidade de Conservação	27
Gestão de Parques Zoobotânico e Metropolitano	28
Licenciamento Ambiental	31
Fiscalização e Policiamento Ambiental	32
Regularização Florestal	34
Regularização Fundiária do Parque Estadual da Serra do Conduru - Pesc	36
Avaliação da Qualidade Ambiental	36
Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com Produtos Químicos na Bacia do Rio Paraguaçu	38
Bases Biorregionais	39
Estudos de Desenvolvimento Ambiental	40
Fortalecimento Institucional	41

SANEAMENTO AMBIENTAL	43
Gestão Ambiental de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	43
Licenciamento Ambiental de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	43
Supressão de Vegetação	44
Acompanhamento Arqueológico	45
Sistemas de Gestão	45
Monitoramento de Mananciais	45
GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	48
Lei dos Recursos Hídricos	48
Outorga do Direito de Uso de Recursos Hídricos	49
Cobrança pelo Uso da Água Bruta	50
Programa Gestão da Qualidade	50
GESTÃO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	50
GESTÃO DO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA	51
GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE - PNMA II	52
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	55
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	56
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	57
RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS E SÍTIOS HISTÓRICOS	59
Programa de Recuperação da 7ª Etapa do Centro Histórico de Salvador	64
RECUPERAÇÃO DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS	65
TOMBAMENTO PATRIMONIAL	65
MUSEUS	66
Museu de Arte da Bahia - MAB	67
Museu de Arte Moderna - MAM	67
BIBLIOTECA	69
Ampliação e Melhoria de Bibliotecas	69
Atualização de Acervos Bibliográficos	70
Dinamização de Bibliotecas	71
PRESERVAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	73
Dinamização do Centro Histórico de Salvador - CHS	73
Caminhada Axé	73
Núcleo de Referência Cultural da Fundação Cultural do Estado da Bahia - Funceb	73
Centro de Referência em Educação Patrimonial da Bahia	74
Preservação do Artesanato	75
PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL	76
Centro de Memória da Bahia e Memorial dos Governadores	76

ARQUIVOS PÚBLICOS	79
Ampliação e Melhoria de Arquivos Públicos	79
Arquivo Público da Bahia	79
CAMINHOS DA BAHIA	81
CONSTRUINDO CAMINHOS	85
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO RODOVIÁRIA	88
Expansão e Melhoria da Malha Rodoviária	88
Outras Ações no Setor de Transportes	103
TRANSPORTE E LOGÍSTICA	103
Sistema Ferroviário	104
Sistema Portuário	105
Sistema Aeroportuário	107
Sistema Logístico	107
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	110
SISTEMA FERRY-BOAT	114
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO ENERGÉTICA	117
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	122
Distribuição de Energia em Núcleos Urbanos	122
Distribuição de Energia em Núcleos Rurais	122
SISTEMA DE TRANSMISSÃO	124
Projeto Costa dos Coqueiros	124
Projeto de Carcinicultura em Canavieiras	124
Projeto Itagarana/Mucugê	124
Programa de Suprimento de Energia Elétrica do Extremo Oeste – 3ª Etapa	124
Programa de Suprimento de Energia Elétrica da Região do Extremo Oeste – 4ª Etapa	125
Infra-estrutura Energética em Áreas de Mineração	125
Infra-Estrutura Energética em Pólos Industriais	126
FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA	126
MODERNIZAÇÃO ENERGÉTICA	127
GÁS NATURAL	127
O Uso do Gás Natural na Bahia	128
O Mercado do Gás Natural	130
Investimentos na Infra-Estrutura de Gás Natural	131
Destaques na Área Ambiental	132
GESTÃO SOLIDÁRIA E GOVERNO COMPETENTE	181

ATENDIMENTO AO CIDADÃO: FOCO NA QUALIDADE 185

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SAC	187
Atendimentos Realizados pelo SAC	188
SAC Móvel	189
Inclusão Digital	189
SAC Opinião	190
Pesquisa de Satisfação do Cidadão	190
Núcleo da Cidadania	192
Unidade de Serviços Integrados	192
Posto Avançado de Registro de Nascimento	192
Portal Corporativo	193
SAC Empresarial	193
ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR	193
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	195
Ouidoria da Agerba	195
Sistema Integrado de Gerenciamento do Terminal Rodoviário de Salvador	196
Projeto Crescendo: Regulação e Cidadania Ativa	196
Controle e Fiscalização de Concessionárias e Serviços Públicos	197
FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA	198
Fiscalização de Usinas de Geração de Energia	198
Regulação Relativa ao Fornecimento de Gás Natural	200

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 201

GESTÃO BAHIA	203
PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-PROAGE	204
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA FROTA	204
LEI DE LICITAÇÕES	206
RECOLHIMENTO E ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DESATIVADOS	207
COMPASNET.BA	208
Pregão	209
GOVERNO ELETRÔNICO	210
Modelo de Dados Corporativos	210
Acesso Único aos Sistemas Corporativos do Estado da Bahia	211
Emissão do Certificado de Antecedentes Criminais via Web	212
Disseminação do Conhecimento	212
Compartilhamento de Soluções	213
DATA CENTER	213
FÁBRICA DE SOFTWARE	213
REDE GOVERNO	213

RECURSOS HUMANOS	214
Promo RH	214
Concursos	214
FORTALECIMENTO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA	217
Descentralização da Educação	217
Descentralização da Assistência Social	218
Descentralização da Saúde	220
Gestão Descentralizada e Participativa dos Recursos Hídricos	220
Descentralização da Gestão Ambiental	221
Fortalecimento da Gestão Municipal de Interesse Turístico	223
Programa de Apoio à Atualização do Cadastro Único de Programas Sociais	224
PROMOÇÃO DE PARCERIAS	224
Organizações Sociais	224
Apoio Institucional às Atividades Culturais	227
Projeto Empreendedor Social	227
PROGRAMA DE QUALIDADE DAS OBRAS PÚBLICAS DA BAHIA - QUALIOP	228
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	228
PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE LIXO - RECICLA CAB	229
SISTEMA DE TELEFONIA DO GOVERNO	231
GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	233
FINANÇAS PÚBLICAS	235
Composição das Receitas Públicas	235
Controle da Despesa	239
Resultado Primário	242
Modernização e Transparência da Gestão Fiscal do Estado	243
Controle da Arrecadação, Crédito Tributário e Cobrança	245
EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - ICMS PELA CIDADANIA	248
Sua Nota é Um Show	248
Sua Nota é Um Show de Solidariedade	248
Faz Universitário	249
Educação Fiscal nas Escolas	250
CARTEIRA DE FINANCIAMENTO EXTERNO E INTERNO	250
PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	254
PLANEJAMENTO E INFORMAÇÃO	257
ESTUDOS, PROJETOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS	259
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	262
ESTUDOS E FORMULAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS	265

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	269
O Orçamento como Instrumento de Gestão: PPA, LDO E LOA	269
Orçamento Cidadão: uma Proposta Democrática de Gestão	272
Fortalecimento do Intercâmbio Técnico entre os Estados	273
A Contribuição da Bahia ao Projeto de Lei Complementar do PPA	274
O Aperfeiçoamento dos Instrumentos Orçamentários	275
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	276
COOPERAÇÃO TÉCNICA	281
SISTEMAS INFORMATIZADOS	282
Modernização do Siplan	282
Sistema de Gestão Integrada de Planejamento e Finanças - SGPF	282
SIG-BAHIA - Sistema de Informações Gerenciais	284
FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	295
UNIVERSIDADE CORPORATIVA	297
GESTÃO DE CARREIRAS	298
PRÊMIO SERVIDOR CIDADÃO	298
GESTÃO DA PREVIDÊNCIA	298
GESTÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR	299
Credenciamento da Rede de Prestadores	300
Central de Marcação de Exames	300
Implantação do Sobreaviso	301
Relacionamento com os Beneficiários	301
Perfil dos Usuários	302
Custeio da Assistência	302
Produção de Serviços Assistenciais	303
Despesas com Assistência à Saúde	303
CREDICESTA	304
CRÉDITO EBAL MUNICÍPIO - CEM	304
PROGRAMA HABITACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO - PHSP	304
ADVOCACIA DO ESTADO	305
MODERNIZAÇÃO E INFORMAÇÃO	307
ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	307

Riquezas da Boa Terra:



**Recuperação, Promoção e
Preservação do Patrimônio
Natural e Cultural**



A Bahia hoje é destaque no cenário nacional não só por sua vigorosa economia, mas também pela contribuição dada pelo seu povo a cultura nacional e por sua diversificada natureza. Impossível falar da Bahia sem destacar o seu magnífico patrimônio natural, histórico e cultural.

Fruto da rica história vivida pelo seu povo, envolvendo lutas e conquistas, o patrimônio histórico e cultural recebeu influência também da forte religiosidade, traduzida por inúmeras manifestações incorporadas à vida do baiano, além da enorme diversidade artística contemporânea.

Na Bahia, passado e presente se unem para desenhar um perfil cultural único no país, admirado e procurado por todos os brasileiros que buscam autenticidade histórica e cultural.

Mas a Bahia não é só isso, embora se o fosse já justificaria a fama angariada como um dos destinos mais procurados pelos turistas, tantos nacionais como estrangeiros, cujo fluxo aumenta a cada ano, percorrendo os becos e ladeiras do Pelourinho e outros sítios históricos, colorindo ainda mais o nosso casario.

A Bahia é também a sua exuberante natureza. Praias ensolaradas, rios com águas cristalinas, montanhas com cavernas e lagos internos são apenas algumas das suas inúmeras características, além de cidades inteiras com um desenho natural surpreendente.

Tudo isso torna a manutenção desse patrimônio, tanto histórico e cultural como natural, um enorme desafio para o Governo do Estado, que não tem poupado esforços no sentido de mantê-lo e preservá-lo com o cuidado necessário, para que as gerações futuras possam dele desfrutar como hoje muitos já o fazem.

Assim, no âmbito do patrimônio natural, o governo estadual procurou fortalecer a Agenda Ambiental através da gestão de recursos naturais e ecossistemas, do fomento florestal integrado e do desenvolvimento florestal, além do combate a desertificação. Na gestão ambiental, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Cepram vem se destacando como um fórum para debates e deliberações sobre ações de caráter ambiental. As Unidades de Conservação Ambiental, que correspondem a 11% do território baiano, superam a recomendação da União Internacional para Conservação da Natureza. A inserção das comunidades locais na gestão participativa dessas unidades nas ações e projetos que são implementados tem sido uma das ferramentas utilizadas com vistas a torná-las auto-sustentáveis.

Muitas outras ações voltadas à conservação ambiental foram desenvolvidas como a gestão e conservação de parques; o licenciamento ambiental, que por meio de análises técnicas impede a implantação de empreendimentos potencialmente degradadores do meio ambiente; a fiscalização e policiamento ambiental; a regularização florestal; a avaliação da qualidade ambiental; e a educação ambiental, dentre outras.

Ao patrimônio histórico e cultural foi dispensada a mesma atenção, e ações foram desenvolvidas no período 2003-2006 na busca permanente da preservação da nossa história, como a recuperação e manutenção de monumentos e prédios antigos e a valorização das manifestações culturais do povo baiano.

Lengóis e Cachoeira, cidades com destacados sítios históricos, sofreram intervenções importan-

tes. Em Cachoeira, a implementação de obras e elaboração de projetos executivos resultaram na recuperação de diversos imóveis como o Conjunto do Carmo, a Igreja do Rosarinho, a Casa de Câmera e Cadeia e a Casa de Ana Nery. Em Lençóis podem ser destacadas as recuperações da sede do Iphan, da Biblioteca Municipal Urbano Duarte, da Casa de Cultura Afrânio Peixoto e Anfiteatro, dentre outras.

Merece registro a total recuperação da Catedral Nossa Senhora de Sant'Ana, no município de Caetitê, envolvendo também o acervo de imagens e obras de arte, onde o governo estadual investiu R\$ 450 mil.

Em Salvador o destaque vai para as intervenções realizados no Centro Histórico, com o prosseguimento das obras da 7ª etapa, que contemplam 130 imóveis e oito monumentos; a restauração das torres de Igreja do Bonfim; as obras do Palacete Martins Catharino, que abrigará o Museu Rodin, e as do Forte de Santo Antônio Além do Carmo, que passará a ser chamado Forte da Capoeira.

Foi realizada também, a recuperação de bens móveis e integrados, compreendendo 875 acervos, localizados em sítios históricos, com prevalência de obras religiosas e foram tombados diferentes bens de importância histórica e cultural para a Bahia. Dentre estes se destacam a Casa Sede da Fazenda Curralinho, em Castro Alves; a Capela Nossa Senhora dos Remédios, em Feira de Santana; o Arquivo Público Municipal, em São Félix; a Casa de Dona Zazá, em Vitória da Conquista; e a Igreja de São Lázaro e Lazareto, em Salvador. O Tombamento de terreiros de candomblé em diversos municípios do Estado como Salvador, Lauro de Freitas e Maragogipe, foi uma medida de preservação e respeito a nossa diversidade religiosa.

Os museus mantidos pelo Estado, como o Museu de Arte da Bahia - MAB e o Museu de Arte Moderna - MAM, divulgaram o seu importante acervo e foram dinamizados através de mais de 100 exposições realizadas no período 2003-2006. Dentre estas podem ser destacadas: São Francisco de Assis e a Tradição do Presépio; A Obra de Juarez Paraíso; e Santo Antônio 811 Anos de Devoção realizadas no MAB. O MAM apresentou Bahia Negras Raízes - Juarez Paraíso; Mestre Didi, Agnaldo dos Santos e Rubem Valentim; Retratos de Um Tempo - Antonio Risério e Floro Freire; O Brasil de Pierre Verger; e Le Corbusier.

Diversas outras ações no âmbito histórico e cultural foram empreendidas como a ampliação, melhoria e dinamização de bibliotecas e a atualização dos seus acervos; a preservação das manifestações culturais com a dinamização do CHS, o apoio à Caminhada Axé e a preservação do artesanato; a preservação e difusão da memória documental através do Centro de Memória da Bahia e Memorial dos Governadores; e a ampliação e melhoria de Arquivos Públicos.



Angelucco Figueiredo

Recuperação de Imóveis - Museu de Arte da Bahia

Patrimônio Natural:



**Riquezas da Boa Terra: Recuperação,
Promoção e Preservação do
Patrimônio Natural e Cultural**



► **PATRIMÔNIO NATURAL**

O Governo do Estado, através da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, vem dando cumprimento à Legislação Ambiental Estadual - Lei 7.799/01, de modo a compatibilizar o desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais do Estado.

Buscando reverter a acelerada perda da biodiversidade e a proteção dos recursos hídricos, o governo estadual investiu na criação dos territórios especialmente protegidos - Unidades de Conservação. Para assegurar que as transformações desses territórios possam acontecer sustentavelmente, foram desenvolvidos instrumentos de gestão - Planos de Manejos. Atualmente mais de 50% do território baiano, protegido na forma de Unidade de Conservação, dispõe do seu Plano de Manejo.

A política estadual de florestas vem sendo desenvolvida com o foco na promoção e inserção da floresta no agronegócio baiano.

A integração da política ambiental estadual com as políticas ambientais municipais, através da descentralização da gestão municipal, tem sido buscada com determinação pelo governo, através da formulação, coordenação e implementação da política estadual de meio ambiente e de florestas, de biodiversidade e de recursos hídricos.

A SEMARH vem atuando em parceria com outras Secretarias e órgãos governamentais, estaduais e federais, de forma contínua, fomentando a criação e capacitação das Comissões Técnicas da Garantia Ambiental – CTGA's, favorecendo a integração e fortalecimento do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais- Seara.

AGENDA AMBIENTAL

Gestão de Recursos Naturais e de Ecossistemas

A atividade se constitui em uma ferramenta para tomada de decisão e otimização das ações implementadas pela SEMARH, disponibilizando para o público das diversas esferas de governo, da sociedade civil organizada e da comunidade em geral, informações de cunho ambiental relativas ao setor florestal e às Unidades de Conservação - UCs.

Dentre as principais ações realizadas na atividade do geoprocessamento destacam-se:

- Atualização do banco de dados do setor florestal;
- Produção de 230 mapas municipais referentes à cobertura vegetal;
- Atualização do aplicativo Geoflora;
- Atualização do mapa das Unidades de Conservação do Estado; e
- Coleta de dados georreferenciados e produção de cartografia relativa às atividades de emissão de Anuência Prévia e criação de espaços protegidos.

Segundo a Lei Estadual nº 7.799/01, nenhuma atividade efetiva ou potencialmente degradadora poderá ser implantada em Área de Proteção Ambiental - APA, sem o licenciamento ambiental, sendo necessária a anuência prévia de sua unidade gestora. Em 2006, foram analisados 269 processos relativos a empreendimentos a serem implantados.

Visando a identificação de áreas prioritárias para conservação e em cumprimento a Legislação Ambiental, foram concluídos entre 2003-2006 estudos que justificaram a criação de sete espaços territoriais protegidos. Em 2006 foram criadas as

APA's de Lago do Sobradinho, Rio Preto, São Desidério e Subaé, conforme Quadro I, além do apoio à criação da primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, no Estado da Bahia, com uma área de cerca de 135 hectares.

QUADRO I**ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – NOVOS ESPAÇOS TERRITORIAIS PROTEGIDOS BAHIA, 2006**

APA	ÁREA	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	OBJETIVOS / JUSTIFICATIVAS
LAGO DO SOBRADINHO	1.237.374 hectares no bioma da Caatinga	Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Sento Sé, e Sobradinho	Promover o ordenamento e controle do uso do solo, dos recursos hídricos e dos demais recursos ambientais, inclusive o patrimônio geológico, espeleológico, arqueológico, paleontológico e cultural da região Preservar a qualidade das águas do Lago de Sobradinho, formado pela barragem de uso múltiplo, dada a importância da recuperação ambiental de seus tributários e de seu entorno, em especial Áreas de Preservação Permanente Priorizar a inclusão social e ambiental das comunidades ribeirinhas e de suas atividades sociais, econômicas e culturais Fomentar e ordenar a crescente demanda por áreas com potencial para o esporte, o lazer e o turismo ecológico
RIO DO PRETO	1.146.162 hectares, nos biomas do cerrado e caatinga	Formosa do Rio Preto, Mansidão, e Santa Rita de Cássia	Preservar as características naturais da área abrangida, a exemplo dos remanescentes de florestas da Mata Atlântica, do bioma do cerrado e da caatinga e das nascentes e tributários da bacia hidrográfica do Rio Preto Desenvolver o turismo ecológico na região Criar corredores de biodiversidade interligando os biomas de cerrado, da caatinga e remanescentes de Mata Atlântica Promover o ordenamento e controle do uso do solo, dos recursos hídricos e dos recursos naturais da região
SÃO DESIDÉRIO	10.961 hectare	São Desidério	Preservar as características naturais da área abrangida Promover o ordenamento e controle do uso do solo, dos recursos hídricos e dos recursos naturais da região Fomentar e ordenar a crescente demanda por áreas com potencial para o esporte, o lazer e o turismo ecológico
MONUMENTO NATURAL DOS CÂNIONS DO SUBAÉ	404 hectares	Santo Amaro	As justificativas para a criação do Sítio Natural foram: Os significativos recursos naturais de imensos valores cênicos e paisagísticos, que propicia a prática de ecoturismo e esportes radicais Os corpos hídricos e diversas nascentes formadoras dos Rios Peraúna e Sergi, contribuintes do Rio Subaé, que carecem de ações por parte do poder público, com vistas à sua preservação, impondo-se a recuperação ambiental de seu entorno, em especial as Áreas de Preservação Permanente A necessidade de inclusão social e ambiental das comunidades ribeirinhas e de suas atividades sociais, econômicas e culturais

Fonte: SEMARH

Podre Loma



APA Capivara

Merecem destaque ainda as seguintes atividades: os estudos para o Zoneamento Ecológico – Econômico do Oeste, do Litoral Norte e do Extremo Sul; a participação no Mapeamento do Bioma Caatinga, realizado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente - MMA, e a Universidade Estadual de Feira de Santana - Uefs; a participação do Projeto Fundo de Meio Ambiente Global - GEF / Caatinga em parceria com a SEPLAN/CAR e o governo do Estado do Ceará; e o apoio às atividades desenvolvidas pelo Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga.

A Tabela 1 relaciona as principais ações desenvolvidas na área de gestão de recursos naturais e ecossistemas.

Dentre os principais impactos da atividade de gestão de recursos naturais e ecossistemas estão: a proteção da biodiversidade através da criação de espa-

ços protegidos; a oferta de mecanismos e ferramentas de suporte a projetos e ações direcionados à sustentabilidade ambiental; a disponibilização de informações analógicas e digitais, referentes ao mapeamento da cobertura vegetal do Estado da Bahia e ao sistema de Unidades de Conservação; e a sistematização das atividades de licenciamento ambiental para os empreendimentos inseridos em Unidades de Conservação estadual.

Assom - Semarh



APA Litoral Norte

TABELA 1

GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E ECOSISTEMAS - PRINCIPAIS AÇÕES BAHIA, 2003-2006

AÇÕES	QUANTIDADE				TOTAL
	2003	2004	2005	2006 (*)	
Realização de estudos para criação de espaços protegidos	4	10	8	4	26
Criação de Espaços Protegidos	2	0	1	4	7
Produção de mapas municipais referentes à cobertura vegetal	50	70	67	230	417

Fonte: SEMARH/SFC
(*) Dados até setembro

Fomento Florestal Integrado

Com o intuito de promover a inserção da floresta no agronegócio baiano, a SEMARH fomentou a implantação de 7.500 hectares de essências florestais de rápido crescimento na região Sudoeste do Estado, nos municípios de Cândido Sales, Condeúba, Encruzilhada, Jacaraci, Mortugaba e Riacho de Santana, e mais de 13.000 hectares na região Oeste entre os municípios de Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Catolândia, Cocos, Coribe, Cotegipe, Cristópolis e Riachão das Neves.

Tais plantios visam reduzir a pressão social sobre os remanescentes da vegetação nativa. O montante do investimento é da ordem de R\$ 22 milhões, com recursos gerados pelo Crédito de Volume Florestal - CVF, recursos próprios e linhas de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE-Verde/ BB, Banco do Nordeste do Brasil - BNB e Agência de Fomento do Estado da Bahia - Desenhahia.

No período de 2003 a 2006, o Governo do Estado assinou convênios para implantação de viveiros, produzindo mudas de essências florestais em parceria com seis prefeituras municipais. Em 2006 foram atendidos quatro municípios, além da As-



APA Pratigi

sociação de Promoção de Desenvolvimento do Semi-árido e Central de Desenvolvimento das Associações de Araci, conforme Tabela 2. Com o município de Lajedo do Tabocal, foi assinado convênio para a instalação de viveiro e a mobilização de agentes multiplicadores com o objetivo de recuperar o Vale do Jequiriça.

Vale destacar que o objetivo de cada viveiro florestal é a produção de 100 mil mudas por ano, que serão utilizadas nos projetos de recuperação de áreas degradadas, matas ciliares, reservas legais, além de produção de madeira para o agronegócio florestal, e outros projetos vinculados ao fomento florestal.

Instituído em 1998, o Programa Florestas para o Futuro tem como objetivos a promoção do de-

TABELA 2

MUNICÍPIOS BENEFICIADOS COM IMPLANTAÇÃO DE VIVEIROS E PRODUÇÃO DE MUDAS - BAHIA, 2003-2006

MUNICÍPIOS ATENDIDOS	QUANTIDADE DE MUDAS (1.000 UNIDADES)			RECURSOS APLICADOS (R\$1.000,00)		
	2003-2005	2006(*)	TOTAL	2003-2005	2006(*)	TOTAL
Mundo Novo	100		100	10		10
Maracás	100		100	24		24
Paratinga		100	100		24	24
Paramirim		100	100		24	24
São Gonçalo dos Campos		300	300		51	51
Caldeirão Grande		100	100		24	24
Associação de Promoção de Desenvolvimento do Semi-Árido		100	100		20	20
Central de Desenvolvimento das Associações de Araci-CDA		100	100		20	20
TOTAL	200	800	1.000	34	163	197

Fonte: SEMARH/SFC

(*) Dados até setembro

desenvolvimento econômico sustentável da atividade florestal, a ampliação da oferta de madeira plantada, a melhoria de rentabilidade da propriedade rural e a redução dos desmatamentos. Através do Convênio com o Instituto Biofábrica foram produzidas e distribuídas mais de 350 mil mudas de espécies florestais nativas, exóticas e frutíferas com um baixo custo de produção e excelente qualidade, beneficiando mais de 200 produtores rurais, da região da Mata Atlântica do Estado, que também receberam assistência técnica no plantio.

Outras ações desenvolvidas pela SEMARH no âmbito do projeto Fomento Florestal Integrado:

- Representação da Bahia no 8º Congresso e Exposição Internacional Sobre Florestas - Forest 2006 e no 1º Seminário Estadual de Resíduos Sólidos;
- Capacitação de seu corpo técnico em "Manejo Florestal da Caatinga", em convênio com o Ministério do Meio Ambiente; e
- Divulgação de ações sobre regularização florestal através de um Seminário sobre Floresta, no município de Itabuna, onde 300 agricultores da região foram mobilizados à adesão de práticas para o manejo florestal sustentável.

Desenvolvimento Florestal

No âmbito do desenvolvimento florestal, a SEMARH vem desenvolvendo atividades de assistência técnica e extensão florestal a agricultores familiares de sete municípios: Ubaíra, Itaquara, Santo Amaro, Sta. Terezinha, Wenceslau Guimarães, Cachoeira e Maragogipe.

Foram produzidas mais de 250 mil mudas em diversos viveiros implantados na região de atuação do projeto e distribuídas aos agricultores. O Pronaf Florestal liberou recursos no valor de R\$ 129 mil, favorecendo 47 projetos de crédito já aprovados e implantados.

DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 2003-2006

- **Regularização de 249 imóveis rurais**
- **Distribuição de 1,75 mil mudas eucalipto para implantação de maciços florestais para fins energéticos**
- **Distribuição de mais 2,3 milhões de mudas de espécies florestais nativas, exóticas e frutíferas**
- **Cadastramento de 105 imóveis rurais no cadastro florestal**
- **Reconhecimento de 40.407 hectares como área de Reserva Legal**
- **Reconhecimento de 12.232 hectares como área de Servidão Florestal**
- **Emissão de 469 certificados para autorização de localização de áreas de Reserva Legal – RL**

Dentre os principais impactos na área de desenvolvimento florestal estão:

- Geração de renda através do comércio da madeira produzida e do crédito florestal;
- Disponibilização de madeira para ser utilizada como carvão e lenha, acarretando uma diminuição na supressão da vegetação nativa a geração de empregos na produção de mudas; e
- Cadastramento de atividades florestais, reservas legais e áreas de preservação permanente das propriedades atendidas.

Combate à Desertificação

A partir de estudos específicos, o Governo do Estado traçou um panorama sobre o processo de desertificação no território baiano que serviu de subsídio para elaboração da Política Estadual de Combate à Desertificação. A execução do Projeto está atrelada às iniciativas do Ministério do Meio Ambiente – MMA através da Secretaria de Recursos Hídricos, para construção do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação que irá definir as diretrizes e as principais ações para o combate e a prevenção do processo de desertificação.

A Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente - MMA responde junto à Organização das Nações Unidas - ONU, pela implementação da Convenção Internacional de Combate à Desertificação.

GESTÃO AMBIENTAL

Conselho Estadual de Meio Ambiente - Cepam

O Cepam vem se destacando no cenário da gestão ambiental participativa do Estado da Bahia como um fórum para debates e deliberações que promove não somente a preservação e valorização do meio ambiente e a discussão de políticas ambientais, mas também a cuidadosa análise dos diversos processos de licenciamento ambiental que são demandados em suas reuniões.

Através da Resolução Cepam nº 3.649, de 28 de julho de 2006, foi criada a Câmara Técnica de Biodiversidade, Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas - Ctbio, que realizou quatro reuniões ordinárias entre o período de janeiro e outubro de 2006.

Do mesmo modo, a Câmara Técnica de Saneamento Ambiental - CTSA, vinculada ao Cepam, foi instituída através da Resolução nº 3.595, de 28 de abril de 2006, com o objetivo de propor normas complementares para o licenciamento ambiental de sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, sistemas de drenagem urbana e sistemas de limpeza pública.

As visitas técnicas que o Cepam realizou até setembro de 2006, auxiliaram os conselheiros na tomada de decisão quanto ao licenciamento de alguns empreendimentos, bem como a manutenção de autuações, monitoramento do cumprimento dos condicionantes exigidos para o licenciamento e à constatação de denúncias levadas ao Conselho. As visitas realizadas por conselheiros incluíram o Empreendimento de Carcinicultura - Coopex, no município de Caravelas; o Reta Atlântico do Brasil e a Iberostar no município de Mata de São João e a Veracel em Eunápolis, dentre outras.

O Cepam realizou dez reuniões entre janeiro e setembro de 2006, do total de 302 desde sua criação em outubro de 1973, decidindo acerca de 123 processos. A Tabela 3 apresenta os processos deliberados nas reuniões do conselho.

TABELA 3

CEPRAM - PROCESSOS DELIBERADOS BAHIA, 2006 (*)

PROCESSOS	TOTAL
Advertência	6
Apreensão	2
Câmara Técnica	2
Embargo	2
Licença	82
Implantação	10
Localização	46
Operação	22
Simplificada	3
Ambiental	1
Multa	10
Plano de Manejo	2
Resolução Normativa	2
Revisão de Condicionantes	5
Supressão de Vegetação	5
Termo de Referência	3
Zoneamento Ecológico-Econômico	2
TOTAL	123

Fonte: SEMARH/SDS

(*) Dados até setembro

Gestão de Unidades de Conservação Ambiental

No âmbito do Projeto de Gestão de Unidades de Conservação Ambiental cabe ao governo estadual implementar efetivamente os instrumentos de gestão das Unidades de Conservação - UCs Estaduais.

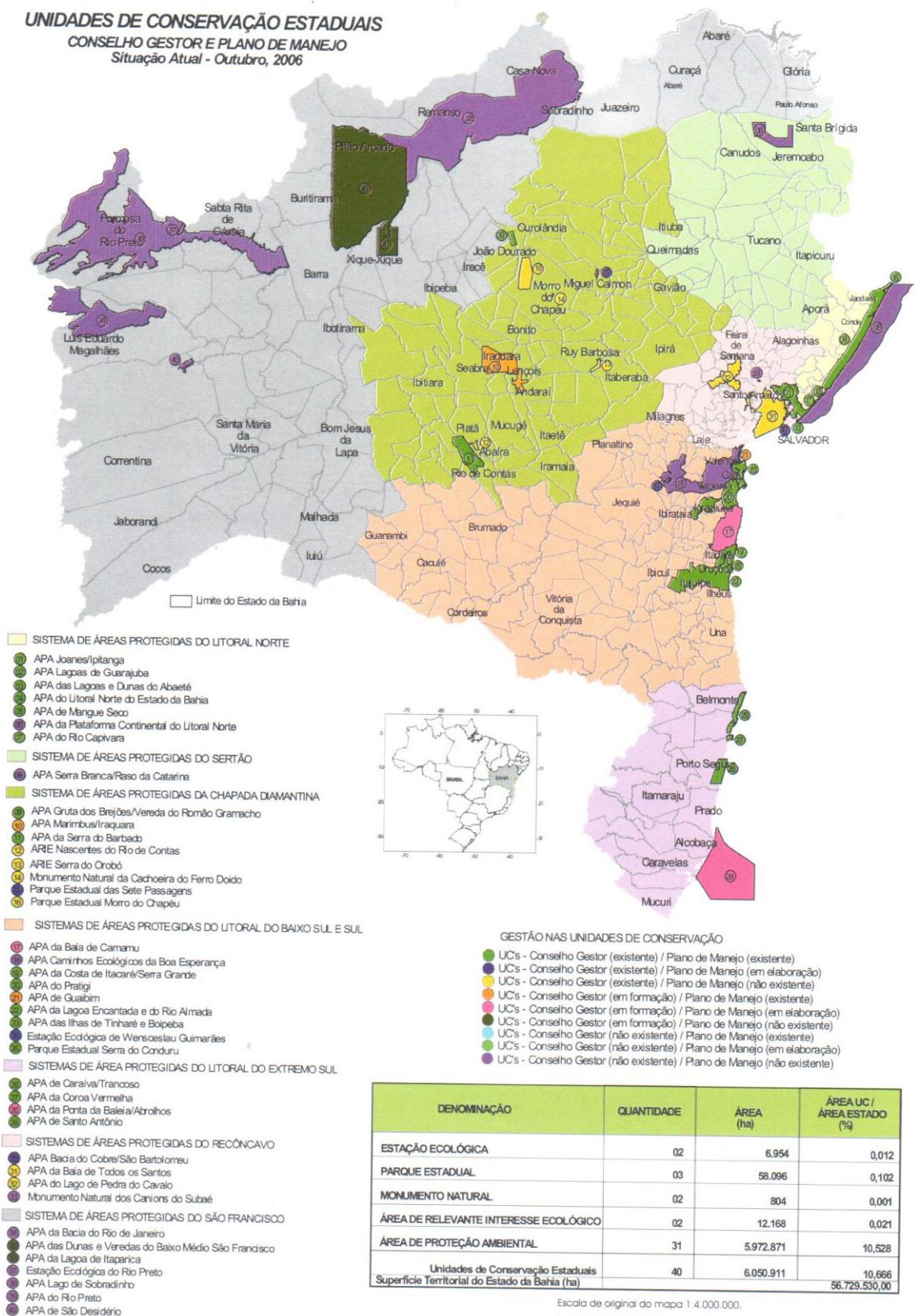
No Estado da Bahia as UCs foram agrupadas em sistemas de áreas protegidas de acordo com suas características ecológicas e de localização geográfica e passaram a ser geridas com um elenco mínimo de instrumentos de gestão com vistas a torná-las cada vez mais auto-sustentáveis. A Bahia possui sete Sistemas de Áreas Protegidas, conforme Mapa 1.

O Estado da Bahia possui, atualmente, 40 Unidades de Conservação Ambiental UCs de proteção integral e de uso sustentável. Essas áreas Estaduais correspondem a aproximadamente 11% do território baiano, superando a recomendação da União Internacional para Conservação da Natureza - UICN, organismo da ONU, que sugere que cada país tenha em áreas protegidas, no mínimo, o correspondente a 10% da sua área total. Acrescidas as UC Federais, este índice aproxima-se de 13 % do território baiano, sem considerar as áreas já protegidas por lei, as reservas legais e as áreas de preservação permanente.

Pratigi Manguê



MAPA I

SISTEMA DE ÁREAS PROTEGIDAS
BAHIA, 2006UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS
CONSELHO GESTOR E PLANO DE MANEJO
Situação Atual - Outubro, 2006



APA Serra do Barbado - Morro do Cuscuz

O Plano de Manejo é um instrumento norteador da gestão da unidade e mais de 50% das UCs estaduais já dispõem do seu plano. Em 2006 foram contratadas a elaboração de quatro Planos de Manejo, todos ainda em andamento, sendo as seguintes UCs contempladas: Parque Estadual das Sete Passagens - Pesp, APA Baía de Camamu, APA do Guaibim, APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba.

O Plano de Manejo do Pesp está sendo elaborado com recurso de condicionante de licença concedida à Coelba. A Universidade Federal da Bahia – Ufba, executa o trabalho com recursos repassados pela Coelba e com acompanhamento e supervisão da SEMARH, gestora do Parque. As APAs Baía de Camamu e Guaibim receberam recursos do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – Prodetur/NE II, para elaboração de Planos de Manejo, Programas de Educação Ambiental e aquisição de equipamentos para estruturação das sedes administrativas das Unidades de Conservação. A APA das Ilhas de Tinharé/Boipeba recebeu recursos do Projeto Corredores Ecológicos, para realizar a revisão do seu Plano de Manejo.

Os gestores de Unidades de Conservação têm papel fundamental na articulação, interlocução e sensibilização local, atuando como catalisador das ações do Estado nas UCs sendo responsáveis pelas informações referentes a cada Unidade de Conservação. Em 2006 foi realizado o II Encontro de gestores de Unidades de Conservação, onde foram discutidos temas importantes como: suporte administrativos das UCs, projetos que apóiam a gestão de UCs estaduais, fiscalização em UCs e procedimentos para emissão de Anuências Prévias.

A Gestão das Unidades de conservação apresentou como principais impactos a melhoria da qualidade ambiental nas UCs, como conservação dos recursos hídricos e do solo, da qualidade de vida e agente potencializador das oportunidades de geração de emprego e renda, através de atividades como o ecoturismo no interior e entorno das unidades.

O Quadro 2 apresenta as ações realizadas em 2006 para os sistemas de áreas protegidas.

QUADRO 2

SISTEMAS DE ÁREAS PROTEGIDAS - AÇÕES REALIZADAS
BAHIA, 2006 (*)

SISTEMA DE ÁREAS PROTEGIDAS	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	AÇÃO
Chapada Diamantina-Sacha	ARIE(**) Nascentes do Rio de Contas e ARIE Serra do Orobó, Parque Estadual Morro do Chapéu - Pemc, Parque Estadual das Sete Passagens - Pesp, Monumento Natural Cachoeira do Ferro Doido, APA's da Serra do Barbado, e de Marimbus/Iraquara, e Gruta dos Brejões	Em elaboração o Plano de Manejo do Pesp. Realização de estudos no Parque Estadual Morro do Chapéu - Pemc visando redefinição da poligonal. Formação do Conselho Gestor do Parque Estadual das Sete Passagens e da APA Marimbus/Iraquara
Litoral do Baixo Sul e Sul - Salibs	Estação Ecológica Wenceslau Guimarães, Parque Estadual Serra do Conduru - Pesc, APA's: Lagoa Encantada e Rio Almada; da Costa de Itacaré/Serra Grande, do Pratigi, de Tinharé/Boipeba, do Guaibim, da Baía de Camamu, dos Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	Em elaboração o Plano de Manejo das APAS do Guaibim e da Baía de Camamu. Revisão do Plano de Manejo da APA de Tinharé/Boipeba. Execução do programa de Educação Ambiental e aparelhamento das APAS de Guaibim, da Baía de Camamu. Plano de Manejo aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente - Cepam. Formação do Conselho Gestor da Estação Ecológica Wenceslau Guimarães
Litoral Norte-Salino	APA da Plataforma Continental do Litoral Norte, APA Mangue Seco, APA Litoral Norte, APA Lagoas de Guarajuba, APA Rio Capivara, APA Joanes/Ipitanga, APA Lagoas e Dunas do Abaeté	Formação do Conselho Gestor da APA Lagoas e Dunas do Abaeté
Litoral do Extremo Sul-Salis	APA's de Santo Antônio, Coroa Vermelha, Caraíva/Trancoso, Ponta da Baleia/Abrolhos	Em licitação o Plano de Manejo da APA Ponta da Baleia/Abrolhos. Formação do Conselho Gestor da APA Coroa Vermelha
Recôncavo-Sarec	APA's Baía de Todos os Santos, do Lago de Pedra do Cavalo, Bacia do Cobre São Bartolomeu, Monumento Natural dos Canions do Subaé	Formação do Conselho Gestor da APA Baía de Todos os Santos-BTS. Realização do Seminário Técnico: Atualidades da Baía de Todos os Santos, promovido pelo Conselho Gestor da APA BTS
Sertão-Saser	APA Serra Branca / Raso da Catarina	Concluído o Plano de Manejo da APA
São Francisco-Sasf	APAs da Bacia do Rio de Janeiro, Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco, Lagoa de Itaparica, Rio Preto, São Desidério e Estação Ecológica do Rio Preto	Em licitação o Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio de Janeiro. Em processo de formação o Conselho Gestor das APAs Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco, e da Lagoa de Itaparica

Fonte: SEMARH/SFC

(*)Dados até setembro

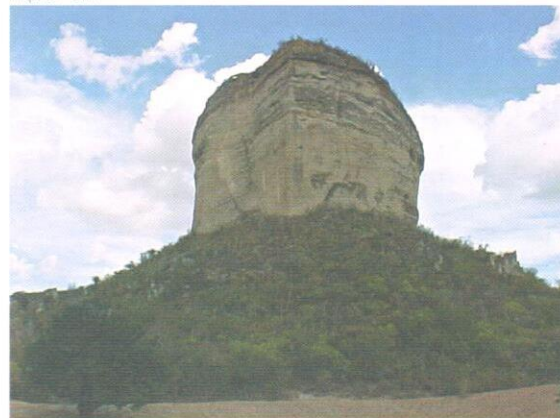
(**) ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico

Arquivo - CRA



APA Serra Branca/Raso da Catarina - Morro Velho

Arquivo - CRA



APA Serra Branca/Raso da Catarina - Morro Columbus

Gestão Participativa de Unidade de Conservação

A gestão participativa nos espaços especialmente protegidos do Estado da Bahia ocorre a partir da inserção da comunidade local, nas ações e projetos que são implementados nessas UCs. A maneira mais efetiva, e que atende ao disposto na Lei Federal nº 9.985/2000 e na Lei Estadual nº 7.799/2001 é a formação e funcionamento dos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação.

QUATRO NOVOS CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FORMADOS E DOIS EM FORMAÇÃO

- Parque Estadual das Sete Passagens - PESP
- APA da Baía de Todos os Santos – BTS
- APA Lagoas e Dunas do Abaeté
- APA Coroa Vermelha
- APA Marimbus – Iraquara, em formação
- APA de Guaibim, em formação

Os Conselhos Gestores constituem-se em fóruns representativos do cenário local com representantes governamentais, das três instâncias de governo, e não-governamentais, sendo sempre paritário. Assim, garante-se a participação da sociedade civil na gestão das UCs estaduais.

Entre 2004 e 2006 foram criados 25 Conselhos Gestores em 40 unidades de Conservação. Em 2006 foram constituídos quatro, estando ainda dois em formação, o da APA de Marimbus-Iraquara e o da APA de Guaibim, conforme a Tabela 4.

O Parque Estadual das Sete Passagens – Pesp inserido na Bacia de Itapicuru, localizado no município de Miguel Calmon, a 367 quilômetros de Salvador, é uma das unidades que formou o seu Conselho Gestor em 2006. O conselho é formado por 27 conselheiros - representantes do setor público, universidades, organizações não-governamentais, associações de moradores e de trabalhadores e empresários, entre outros. Dentre os objetivos de proteção ao Parque, está o de proteger as nascentes que suprem riachos que alimentam o Rio Itapicuru-mirim, afluente importante da Bacia do Rio Itapicuru, na região semi-árida do Estado.

O conselho gestor da APA-BTS, instituído em janeiro de 2006, reuniu representantes de órgão públicos federais, estaduais e municipais, organizações não-governamentais, setor acadêmico e empresas que compõem a Baía de Todos os Santos, a exemplo da Petrobras, Coelba e Dow para realização do seminário Atualidades da Baía de Todos os Santos. O encontro tratou de assuntos como as Potencialidades Econômicas, a Realidade Ambiental e Franjas do Manguezal da BTS, além de criar uma carteira de projetos sócio-ambientais para a APA.

TABELA 4

SISTEMAS DE ÁREAS PROTEGIDAS - NÚMERO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO QUE POSSUEM CONSELHO GESTORES - BAHIA, 2004-2006

SISTEMAS DE ÁREAS PROTEGIDAS	Nº DE UCs	CONSELHOS GESTORES CRIADOS			TOTAL
		2004	2005	2006	
Litoral Norte	7	3	2	1	6
Recôncavo	4	1	2	1	4
Litoral Sul e Baixo Sul*	9	2	2	1	5
Litoral do Extremo Sul	4	-	2	-	2
Chapada Diamantina *	8	1	6	1	8
São Francisco	7	-	-	-	-
Sertão	1	-	-	-	-
TOTAL	40	7	14	4	25

Fonte: SEMARH

(*) Encontram-se em formação as Áreas de Proteção Ambiental de Marimbus-Iraquara e a de Guaibim, nos sistemas do Litoral Sul e Baixo Sul e Chapada Diamantina, respectivamente.

O conselho gestor das UCs é também um instrumento de capacitação de comunidades, para participar prospectivamente de sistemas de governança dos valores ambientais de uma região.

Gestão de Parques Zoobotânico e Metropolitano

A SEMARH, através da Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação - SFC, administra os Parques Metropolitanos de Pituáçu e Abaeté, além do Parque Zoobotânico Getúlio Vargas.

São desenvolvidas ações de valorização do meio ambiente, preservação e educação ambiental, além de diretrizes voltadas ao licenciamento para supressão vegetal, regulando condições implícitas para o resgate e/ou afugentamento de fauna silvestre.

Parque Zoobotânico Getúlio Vargas - A área de Botânica do Parque Zoobotânico produziu, em 2006, aproximadamente sete mil mudas diversas para fins de ornamentação e ambientação de recintos, paisagismo, e produção de plantas com efeitos medicinais.



Campanha no Zoo



Zoo Cima

PARQUE ZOOBOTÂNICO

- **Acréscimo de 149 animais ao plantel do Parque Zoobotânico, além de trocas e permutas com outros zoológicos**
- **Criação de Áreas para Lazer, Inclusão Social e Entretenimento: Trilhas da Mata, Trilha Sensorial e Seminários com a Comunidade**

Visando o aprimoramento da equipe técnica, o Zoológico participou de diversos eventos:

- Reunião de diretores de zoológicos do norte e nordeste do Brasil, voltada à discussão e planejamento de ações de integração e intercâmbio técnico e acadêmico entre as instituições envolvidas;
- Mesa Redonda – “Ações Integradas em Defesa da Fauna no Estado da Bahia”, para implantação de um programa de ações acordadas entre o Ibama - Polícia Federal - Greenpeace, Instituto Mamíferos Marinhos, Grupo Ambientalista da Bahia - Gamba, Ministério Público, Universidades e SEMARH; e
- Curso de “Contenção Químico-Física em Animais Silvestres” - Ministrado por professores convidados Universidade de São Paulo - USP, e curso de “Segurança no Trabalho”.

Com a União Metropolitana de Educação e Cultura – Unime, foi firmado um convênio de cooperação técnica para atender aos setores de Veterinária e Biologia. Também foi implantada a Biblioteca do Zôo, com acervo de aproximadamente 400 volumes, nas áreas de Meio Ambiente, Veterinária, Educação, Legislação Ambiental, Psicologia e títulos especiais para o público infantil.

Para o lazer e entretenimento do público foram criados novos espaços de convivência:

- Trilhas da Mata – criadas para visitas programadas e monitoradas à mata do Zoobotânico, com o objetivo de apresentar espécies de plantas e árvores;
- Trilha Sensorial - criada para visitas monitoradas voltadas aos deficientes visuais, dispondo de áreas aprazíveis, anfiteatro, etc, além de placas em braille discorrendo sobre a ambiência. Espaço especialmente desenvolvido visando à valorização dos sentidos; e
- Seminários com a Comunidade – realização de seminários com a comunidade do entorno do Parque, voltada à educação ambiental, inclusão social e desenvolvimento de atividades nos eventos e Cine Zôo Ambiental.

Dentre as metas em curso destacam-se:

- Articulação e interação com o Ibama, o Ministério Público, o CRA e Organizações Sociais, visando maior entendimento e modernização do papel do Zoológico nas questões ambientais e atender com excelência as determinações legais e funcionais da Instituição;
- Elaboração do Plano Diretor - Parque Zoobotânico Getúlio Vargas, a ser implementado com estudos e diagnósticos; e

- Desenvolvimento de estudos e projetos para construção, reforma e ampliação de áreas, criando novos recintos com perspectivas modernas, ideais e funcionais.

Parque Metropolitano de Pituáçu - Há instalado no Parque de Pituáçu um Museu/Fundação: o Espaço Cravo, do Artista Plástico Mario Cravo Filho, que se trata de área de domínio do artista. Nela existe um parque de esculturas e mais de mil obras diversas do artista, doadas ao Ipac, cuja guarda está ao encargo da própria Fundação. Trata-se de um belíssimo museu, com potencialidades, para se transformar em área nobre de impacto turístico e cultural com projeção nacional e internacional.

Visando o manejo sustentável do Parque, o Governo do Estado vem implementando diversas ações destacando-se:

- Reformas do prédio da administração;
- Instalação da nova sinalização vertical, desenvolvida em parceria com a empresa de telefonia móvel Claro;
- Realização de serviços de "poda e erradicação" de palmeiras e árvores frondosas, necessárias para a segurança dos visitantes, bem como a manutenção das copas das árvores;
- Manutenção e controle da área circulante da ciclovia, nas encostas e taludes.
- Reuniões com as ONGs instaladas no Parque para estudo da importância da renovação de convênios referentes às áreas, eventos que realizam, forma de utilização do equipamento público, etc., bem como realização de eventos junto às comunidades visando ações sociais e educativas;

- Elaboração do projeto Palco Flutuante, a ser executado em parceria com a iniciativa privada visando realizar eventos socioculturais de música e dança, teatro e afins; fomentando cultura e entretenimento de qualidade para às comunidades do entorno e visitantes; recuperação do paisagismo, jardins do Parque;
 - Limpeza geral da lagoa e controle de vegetação invasora;
 - Lançamento do Projeto "Pituaçu Mais Verde" junto com a SEDUR / Conder, visando o adensamento florestal do Parque Pituaçu e recuperação da Bacia do Rio Pituaçu em toda sua extensão, criando um "Corredor Ecológico" às margens do Rio na Avenida Gal Costa. O projeto visa o plantio de 45.000 árvores nos primeiros dois anos;
 - Apoio ao "Clube do Remo de Salvador", que desenvolve atividades de "Remo Adaptado", voltado a deficientes físicos e reconhecido pela Federação Brasileira de Remo, treinando nas águas do Lago do Pituaçu, preparando os atletas para-olímpicos para disputar campeonatos nacionais e internacionais;
 - Fortalecimento e apoio às atividades do Dia da Árvore, do Dia da Criança e da Pedalada da Lua Cheia, evento mensal realizado no Parque através de uma ONG instalada dentro da unidade; e
 - Realização de estudos e diagnósticos para novos processos licitatórios, atendendo à contratação de mão de obra voltada aos serviços de manutenção, segurança e limpeza, necessários.
 - Levantamento geral visando à gestão administrativa, estudando a situação dos comerciantes, formas de comodato junto a bares, restaurantes, quiosques, etc, para o conhecimento da situação dos contratos, valores e aluguéis dentre outros;
 - Levantamentos quanto a situação da segurança, situação funcional de todo equipamento do parque;
 - Levantamento das questões críticas de relacionamento com as comunidades do entorno com a Polícia Militar, Coopa, ONGs e Associações, com vistas a aumentar a segurança e a permanência das comunidades nas atividades diárias do parque;
 - Propostas para o desenvolvimento de projetos socioculturais, esportivos e de infra-estrutura, em parceria com a iniciativa privada;
 - Recuperação e reforma dos jardins;
 - Recuperação de partes elétricas para iluminação das áreas comuns;
 - Intervenções junto à Polícia Militar nas ações conjuntas entre a segurança contratada e a PM, aumentando a ação policial no parque através de programa de rondas semanais intensas e ações imediatas de emergências acionadas via rádio;
 - Reuniões com a comunidade local visando desenvolver programas socioculturais, esportivos de valorização comunitária e geração de renda. O programa "Abaeté em Evidência" visa introduzir no dia a dia do parque trabalhos de teatro, dança, culinária, música, poesia etc;
 - Valorização de ações sociais com as lendárias lavadeiras promovendo um "café da manhã mensal", para comemorar e discutir ações com a classe";
- Parque Metropolitano do Abaeté** – Dentre as ações desenvolvidas destacam-se:

- Identificação e cadastramento de vendedores ambulantes, normatizando área de ação e de identificação para o público;
- Elaboração de projetos arquitetônicos para intervenções estruturais em áreas distintas a exemplo de módulo policial, pequeno centro comunitário; e
- Levantamento de custos para instalação de Horto de Restinga, atendendo à recuperação de áreas degradadas do parque.

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é um importante instrumento de gestão que por meio da análise técnica dos projetos permite ao órgão ambiental autorizar a localização, implantação e operação de empreendimentos e atividades efetivas potencialmente degradadoras dos recursos naturais.

A participação das Comissões Técnicas de Garantia Ambiental - CTGAs, dos órgãos setoriais do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais – Seara, no licenciamento de suas atividades, vem alcançando resultados cada vez mais significativos, em um verdadeiro processo de amadurecimento da análise ambiental dos empreendimentos sob a sua responsabilidade.

Em 2006, as novas CTGAs foram formadas no âmbito do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais – Seara, como exemplo a da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB, que foi capacitada, por meio de treinamento técnico, e está iniciando suas atividades para o licenciamento de empreendimentos da sua área, juntando-se a outras CTGAs governamentais, como Conder, Cerb, Embasa, SRH, Derba e CAR. Também órgãos e empresas federais como Departamento Nacional de Pesquisa Mineral - DNPM, Incra e Petrobras (Unidade-Ba e Transpetro) estão inseridos no contexto do licenciamento no Esta-

Arquivo CRA



Ilha do Retiro das Garças

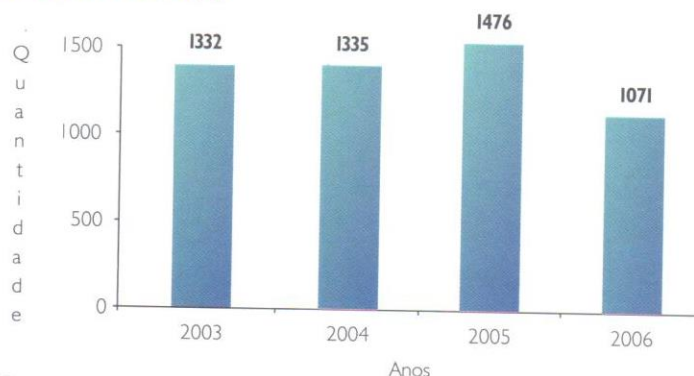
do, tendo esta última sido capacitada no sentido de elaborar o Estudo de Auto-avaliação para o Licenciamento Ambiental – ALA.

Como parte do fortalecimento da gestão ambiental no Estado, vêm sendo elaboradas normas técnicas de controle ambiental das atividades com potencial de impacto sobre o meio ambiente. Assim, foram instituídos pelo CRA Grupos de Trabalho e o Comitê de Avaliação de Normas Técnicas - Cant, responsáveis pela proposição das normas a serem encaminhadas para apreciação e deliberação do Conselho Estadual de Meio Ambiente - Cepam. Em 2006, foram aprovadas por esse Conselho as seguintes normas técnicas para Licenciamento Ambiental:

- Projetos de assentamento de reforma agrária através da Resolução Cepam nº 3.592 de março de 2006; e
- Atividades de armazenamento e comércio varejista de combustíveis líquidos derivados de petróleo, biocombustíveis e gás natural veicular e comprimido, bem como óleos lubrificantes através da Resolução Cepam nº 3.656 de agosto de 2006.

Até setembro de 2006, o total de processos com tramitação concluída no CRA foi de 1.270, dos quais 1.071 referem-se a concessão de licenças e autorizações ambientais, sendo que 199 processos foram indeferidos ou arquivados. Neste contexto, incluem-se 75 empreendimentos de maior impacto licenciados pelo Cepram, com destaque para grandes empresas fabricantes de pneus, termoeletricas e empreendimentos hoteleiros, contribuindo, assim, para o desenvolvimento dos setores automotivo, energético e turístico do Estado.

O Gráfico 2 apresenta os empreendimentos licenciados pelo Estado em função do programa de descentralização da gestão ambiental, para os municípios, através da capacitação dos gestores municipais.

GRÁFICO 2**EMPREENHIMENTOS LICENCIADOS
BAHIA, 2003-2006 (*)**

Fonte: SEMARH/CRA

(*) Dados até setembro para o ano de 2006.

**Fiscalização e Policiamento
Ambiental**

Com o objetivo de conservar e preservar os recursos naturais, o Governo do Estado atua na fiscalização ambiental atendendo as demandas da sociedade, apurando denúncias de degradação ambiental, realizando fiscalizações planejadas, atendendo requisições do Ministério Público Estadual e Federal, Polícia Federal e Civil e Justiça Estadual e Federal, fazendo avaliação de cumprimento de condicionantes e mantendo permanentemente uma equipe para atender

emergências ambientais, principalmente aquelas que envolvem acidentes com produtos químicos classificados como perigosos.

Em 2006, foram realizadas 19 operações planejadas abrangendo os municípios de: Feira de Santana, Rio Real, Valença, Una, Santo Antônio de Jesus, Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, Crisópolis, Esplanada, Conde, Entre Rios, Dias D'Ávila, Paulo Afonso, Jequié, Juazeiro, Salvador, e Formosa do Rio Preto. O CRA atendeu ainda 151 denúncias ambientais formuladas pela sociedade, 385 requisições judiciais e analisou condicionantes de 32 licenças ambientais.

Vale destacar as Fiscalizações Preventivas Integradas – FPI, que ocorreram em 26 municípios baianos

pertencentes à bacia do rio São Francisco. Estas operações foram realizadas em parceria com representantes do Ministério Público do Estado da Bahia, Agência de Defesa Agropecuária da Bahia - Adab, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea, Diretoria Regional de Saúde - Dires, Superintendência de Recursos Hídricos – SRH e Companhia de Polícia de Proteção Ambiental – Coppa, com o objetivo de detectar irregularidades relacionadas aos sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, disposição de resíduos sólidos, matadouros, comércio de

agrotóxicos, mineração, cerâmicas e outros empreendimentos com potencial poluidor.

Neste exercício foi celebrado convênio para implementação da Operação Carapeba, que tem como objetivo planejar e realizar ações de combate à pesca predatória com utilização de explosivos, na Baía de Todos os Santos, na região do Recôncavo Baiano e na Ilha de Itaparica. Participam da operação o Ibama, a Coppa, o CRA, a Petrobras, a Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba, e Sindicato da Indústria e Mineração de Pedra Britada do Estado da Bahia - Sindibrita.

A equipe técnica do Plantão Emergência Ambiental, em 2006, atendeu 36 acidentes ambientais. O atendimento está disponível 24 horas incluindo finais de semana e feriados.

A parceria do CRA com o Ministério Público Federal e o Estadual, a Prefeitura de Camaçari, e a administração da APA Joanes-Ipitanga, levantou irregularidades nas localidades de Abrantes e Jauá, no município de Camaçari, realizando a identificação dos parcelamentos clandestinos existentes na localidade de Abrantes. As ações conjuntas foram implementadas e repassadas ao Ministério Público Federal para adoção das medidas cabíveis necessárias aos que promoviam o parcelamento clandestino na localidade de Abrantes, tendo sido abertas Ações Cíveis

e Criminais por aquelas instituições, bem como foram feitas novas ações administrativas pelo CRA.

A equipe técnica da fiscalização realizou 685 inspeções em campo, em todo o Estado, resultando em notificações e autos de infração, conforme Tabela 5.

Cadastro Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais – Ceapp - Criado, por meio do Decreto Estadual nº 9.959 de março de 2006, o Ceapp é um instrumento integrante da Política Estadual de Meio Ambiente e tem como objetivo básico o controle e monitoramento das atividades potencialmente poluidoras, bem como da produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente.

O Ceapp é de caráter obrigatório para as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais. Compete ao Centro de Recursos Ambientais – CRA, o controle e a fiscalização das atividades capazes de provocar a degradação ambiental, bem como coordenar e executar as ações para promoção do conhecimento, informação e inovação, direcionados ao desenvolvimento tecnológico e científico em gestão ambiental. O Ceapp integrará o Sistema Estadual de Informações Ambientais – Seia e o Sistema Nacional de Informações Ambientais – Sinima.

TABELA 5

**AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
BAHIA, 2003-2006**

AÇÃO	ANOS			
	2003	2004	2005	2006 (*)
Inspeções em campo	962	981	1.230	685
Pareceres técnicos de multa	-	61	406	336
Notificações	247	235	305	191
Advertências	242	511	486	412
Autos de infração de multa	92	109	329	284
Autos de infração de apreensão	14	9	57	18
Autos de infração de embargo	35	4	30	44
Autos de infração de interdição	-	11	46	17
Propostas de demolição	-	1	8	8

Fonte: SEMARH / CRA
(*) Dados até setembro

Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TFA/BA

– Trata-se de um tributo instituído pela Lei Federal nº 10.165, de 2000, que alterou a Lei Federal nº 6.938, de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Tem como objetivo primordial disponibilizar às instituições os recursos necessários ao controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

No Estado da Bahia, a TFA/Ba foi instituída pela Lei Estadual nº 9.832 de 2005, sendo regulamentada pelo Decreto Estadual nº 9.959 de março de 2006. Os recursos arrecadados a título de TFA/Ba serão destinados ao CRA para o desenvolvimento das atividades de planejamento, diagnóstico, monitoramento, fiscalização e controle ambiental.

Policamento Ambiental – Na esfera do policiamento ambiental, a Polícia Militar através da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental – Coppa, realizou o policiamento ostensivo ambiental, de forma preventiva e repressiva, visando a preservação da vida no meio ambiente em todo território baiano, estabelecendo ações educativas e repressivas no combate aos crimes ambientais.

A Coppa atua de maneira articulada com a Delegacia de Proteção Ambiental, que é especializada na apuração de crimes contra o meio ambiente, e vem contando com parcerias com outros órgãos do governo e entidades não-governamentais.

A Companhia, que tem sede na Capital, é responsável pelo policiamento dos parques da Cidade, Pituagu e Zoológico e pela fiscalização das agressões ao Meio Ambiente e tráfico de animais silvestres, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Polícias Civil e Federal e a SEMARH.

A Companhia possui ainda o Núcleo de Estudos Ambientais – NEA, que além de gerenciar o acervo bibliográfico da Companhia, é responsável pela coordenação de cursos e palestras ambientais ministrados aos Policiais Militares e aos ambientalistas.

Regularização Florestal

Para a adequada gestão dos recursos florestais, a SEMARH vem implementando instrumentos como: o Registro de Atividades Florestais – RAF, o Carimbo Eletrônico para o Controle do Transporte de Produtos Florestais, a Averbação de Reserva Legal, o Cadastro Florestal de Imóveis Rurais – CFIR, e o Crédito de Volume Florestal – CVF.

Registro de atividades florestais – RAF – O registro de atividades do agronegócio florestal é uma obrigação de todas as pessoas físicas e jurídicas que nele atuam. Esse registro, que deve ser renovado anualmente, é realizado junto à Diretoria de Áreas Florestais – DAF, a quem compete reconhecer e emitir o Certificado do Registro de Atividade Florestal – RAF, para pessoas que produzem, coletam, extraem, beneficiam, desdobram, industrializam, comercializam, consomem, transformam ou utilizem produtos, subprodutos ou matéria prima originadas de qualquer formação florestal. Em 2006, foram solicitados 893 Registros de Atividades Florestais – RAFs pelos empreendimentos existentes no Estado.

Carimbo Eletrônico Para o Controle do Transporte de Produtos Florestais – Esse instrumento permite às pessoas físicas e jurídicas oficializar e legalizar a compra e venda, o transporte, a circulação, a utilização, o consumo, o estoque e o armazenamento de produtos e sub-produtos florestais, inclusive os seus resíduos, bem como manter um efetivo controle dos saldos de origem de produtos e dos créditos de volume florestal, mediante “conta corrente” informatizada. Enquanto se aguarda a consolidação e operacionalização da Nota Fiscal Eletrônica pela Secretaria da Fazenda – SEFAZ, a Diretoria de Áreas Florestais – DAF, vem atuando com a nota fiscal convencional, acompanhada de um outro mecanismo inovador: o Carimbo Eletrônico de Controle de Produtos Florestais. O carimbo é uma autorização eletrônica de transporte de produto florestal, gerado pela Internet no site www.semarh.ba.gov.br. Esse sistema de controle do fluxo de produtos madeireiros é inédito no Brasil.

Averbação de Reserva Legal - O Governo do Estado tem investido na averbação da Reserva Legal dos imóveis existentes no território baiano, como forma de sensibilizar os proprietários rurais à conservação ambiental e participação nos corredores ecológicos. Desde 2003, foram emitidos 469 certificados para autorização de localização de áreas de Reserva Legal – RL.

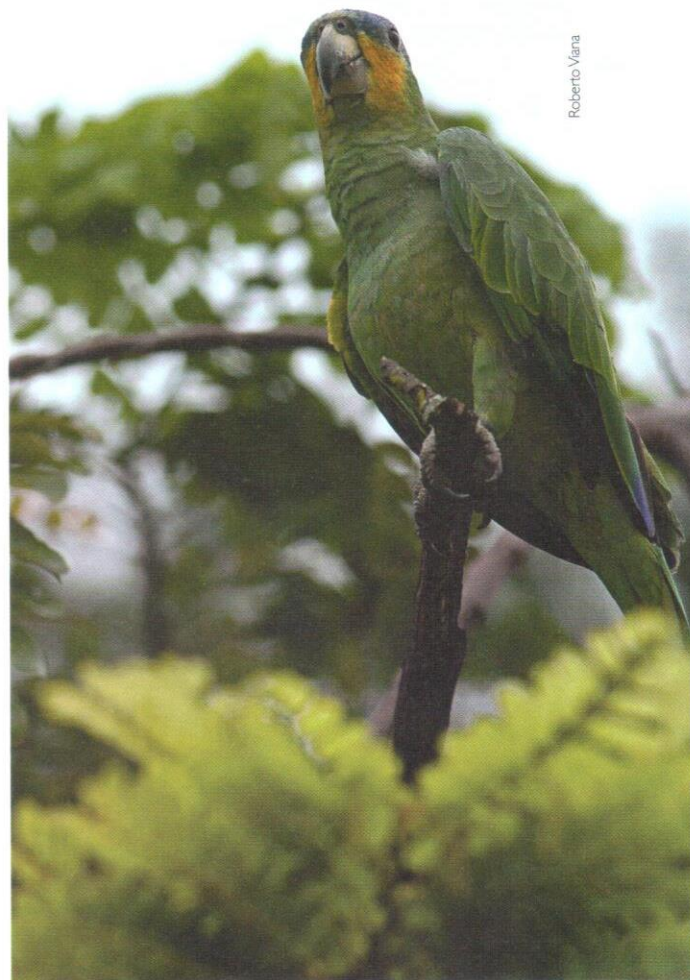
No Código Florestal, Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas. É constituída por uma área, cujo percentual da propriedade total é definido em lei, variando conforme as peculiares condições ecológicas em cada região geopolítica do País. No Nordeste corresponde a 20% da área do imóvel.

Cadastro Florestal de Imóveis Rurais – CFIR - Instituído em 1997, tem como objetivo o controle e a fiscalização das Áreas de Preservação Permanente - APPs, de Reserva Legal - RL, de Serviço Florestal, bem como das atividades florestais no Estado da Bahia. A inscrição do imóvel rural no banco de dados do CFIR e a emissão do cadastro, só ocorrem após a averbação da RL no Cartório de Registros de Imóveis e a sua comprovação através da Certidão de Inteiro Teor. Desde 2003 foram cadastrados 105 imóveis no Estado.

Crédito de Volume Florestal – CVF - A partir do Decreto Estadual nº 9. 405/05, o Governo da Bahia inaugurou um mecanismo inovador de incentivo à produção florestal sustentável e de integração das florestas de produção ao agronegócio. Esse mecanismo permite que florestas plantadas ou mesmo projetos em implantação possam ter o seu plantio florestal reconhecido pela SEMARH/SFC sob a for-

ma de Crédito de Volume Florestal. Na prática, o reconhecimento da produção e a emissão do correspondente crédito de volume, permitem que os proprietários das formações florestais possam utilizar esses créditos para si próprio ou negociar com terceiros, vinculando-os à reposição florestal obrigatória ou aos planos de auto-suprimento, no território baiano. O crédito de volume florestal é um instrumento criado na Bahia, que tem atraído investidores locais e de outros Estados, porque resulta de projetos de reflorestamento executados diretamente por pessoas físicas e jurídicas.

Para o controle adequado dos recursos florestais, os instrumentos de ordenamento florestal representam um avanço para o desenvolvimento sustentável de tais atividades. A Tabela 6 apresenta o quantitativo de processos de ordenamento florestal.



Conservação Ambiental

TABELA 6

PROCESSOS DE ORDENAMENTO FLORESTAL
BAHIA, 2003-2006 (*)

AÇÕES	QUANTIDADE
Cadastro Florestal de Imóveis Rurais - CFIR	105
Aprovação para Implantação de Floresta de Produção - AIFP	15
Aprovação para Implantação de Plano de Corte - AIPC	250
Autorização para Plano de Auto Suprimento - APAS	5
Aprovação PRAD	2
Aprovação AEPMF - Programa Florestas para o Futuro - PFF	59
Autorização de Queima Controlada - AQC	15
Aprovação de Registro de Atividade Florestal - RAF	886
Aprovação de Reserva Legal em Compensação - RL Compensação	103
Aprovação de Reserva Legal em Posse - RL Posse	10
Aprovação de Reserva Legal no Próprio Imóvel - RL Normal	356
Aprovação de Servidão Florestal - ASF	30
Autorização de Supressão de Vegetação - ASV	62
Registro de Termo de Compromisso Ambiental - TCA	271
Demais Serviços	844
TOTAL	3.013

Fonte: SEMARH/SFC

(*) Dados até setembro para o ano de 2006

**Regularização Fundiária do
Parque Estadual da Serra do
Conduru - Pesc**

Com a conclusão do Plano de Manejo, documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade do Pesc, foram indicadas as áreas prioritárias I, II e III para Regularização Fundiária do Pesc. O Parque, localizado no sul da Bahia, abrange os municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus, resguardando em sua poligonal áreas prioritárias para conservação da biodiversidade do bioma da Mata Atlântica.

O Conselho Gestor do Parque, formado em 2005, tem sido elemento atuante na mobilização dos atores envolvidos no processo de regularização fundiária do Pesc, juntamente com a SEMARH. Destaca-se a colaboração de ONG's como o

Floresta Viva que vem participando ativamente para acelerar o processo de desapropriação e indenização de proprietários e posseiros.

Até setembro de 2006, o Parque Estadual da Serra do Conduru já possuía 2.071,42 hectares regularizados fundiariamente, correspondendo a 22,33% da área total de 9.275 hectares. Com os processos que estão em tramitação na Procuradoria Geral do Estado, o total corresponde a 2.500 hectares

**Avaliação da Qualidade
Ambiental**

A avaliação da qualidade ambiental é de fundamental importância para a manutenção da integridade física e a qualidade das águas no Estado da Bahia. O Governo do Estado atua por meio de programas de monitorização sistemática, identificando as fontes potenciais de poluição e atividades degradadoras do meio ambiente, com a finalidade de permitir a adoção de medidas preventivas e corretivas.

Arquivo CIMA



Cachoeira Pratigi

Avaliação da Qualidade Ambiental, 2003-2006

- Realizadas 2.919 coletas de amostras e 15.347 análises para avaliação da qualidade das águas
- Concedidas 4.166 licenças dos mais diversos tipos
- Realizadas 4.314 inspeções na defesa do meio ambiente
- Vistoria técnica em 180 empreendimentos localizados em Unidades de Conservação para concessão de anuência prévia
- Atendidas 1.012 denúncias ambientais e 1.195 solicitações de perícias

O Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu desenvolveu, em 2006, atividades visando implantação do Sistema de Integração de Dados de Recursos Hídricos – Banco de Dados de Monitoramento dos Recursos Hídricos contemplando informações de quantidade e qualidade das águas, medi-

ante utilização de recursos provenientes do Ministério do Meio Ambiente - MMA, mais precisamente do sub-componente PNMA II – Monitoramento das Águas, sendo que para esse fim foi contratada consultoria específica.

Para o acompanhamento dos condicionantes de automonitoramento de fontes potenciais poluidoras licenciadas pelo CRA, foi desenvolvido o sistema *on line* de encaminhamento e controle de dados relativos ao automonitoramento de efluentes, fortalecendo o sistema de controle ambiental dessas atividades. Para otimizar as informações ambientais, o sistema de automonitoramento está integrado ao sistema de Gestão do CRA (TG-CRA), que desenvolveu um banco de dados de licenças a partir de um sistema conhecido como “Cerberus”. As atividades produtivas passíveis de licenciamento farão parte desse sistema quando do cadastro dos parâmetros automonitoráveis. Um dos objetivos contemplados no sistema é promover uma maior troca de informações entre os empreendedores e o CRA, contribuindo com um maior controle ambiental das atividades potencialmente poluidoras no Estado.

Os estudos da Análise Preliminar de Risco à Saúde Humana da Baía de Todos os Santos foram concluídos, tendo como objetivo avaliar preliminarmente o risco à saúde humana associada ao consumo de pescado na Baía de Todos os Santos.

O convênio com a Agência Nacional das Águas – ANA, celebrado em 2006, para o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco / Monitoramento da Qualidade das Águas, a ser desenvolvido pelo CRA, visa determinar a situação atual dos recursos hídricos da bacia e acompanhar a efetividade das ações previstas. Os recursos a serem utilizados e repassados pela ANA para o Governo do Estado, têm como finalidade o aparelhamento do Órgão Ambiental Estadual para a realização de monitoramento hidrometeorológico, visando dar suporte a execução do Programa, no aspecto referente ao Monitoramento da Qualidade das Águas nessa bacia hidrográfica no âmbito do Estado da Bahia, com prazo de execução de seis meses.

Visando o monitoramento das condições de balneabilidade das praias frequentadas pela população de Salvador e turistas, o CRA realiza o monitoramento semanal através de coletas de água do mar e análises bacteriológicas.

Nos últimos anos evidenciou-se uma melhoria acentuada na balneabilidade das praias, em decorrência das obras de esgotamento sanitário realizadas pelo Governo do Estado, por meio do programa de saneamento Bahia Azul.

Em 2006, foram realizadas um total de 720 coletas e analisados cerca de 2.160 parâmetros bacteriológicos, conforme Tabela 7, sendo emitidos 39 boletins de condições de balneabilidade das praias de Salvador.

Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com Produtos Químicos na Bacia do Rio Paraguaçu

O Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos foi criado pelo Governo Federal, com o objetivo de prevenir a ocorrência de acidentes com produtos químicos perigosos e aperfeiçoar o sistema de preparação e resposta rápida a emergências ambientais envolvendo produtos químicos perigosos no País.

O Plano prevê a elaboração e implementação de ações, atividades e projetos de forma participativa e integrada pelo poder público federal, distrital, estadual e municipal, juntamente com a sociedade civil.

TABELA 7

AValiação da Qualidade das Águas BAHIA, 2006 (*)

ÁREAS	Nº DE COLETAS	Nº DE ANÁLISES
Praias de Salvador	720	2.160
Dique do Tororó (Salvador)	4	36
Mar Grande (emergência)	1	11
Barragem de Sobradinho - Município de Sobradinho	3	285
Estrada da Cascalheira - Camaçari (Riacho Mundé, Cacimba Mundé, Cacimba El Dourado, Açude da Nascente El Dourado, Riacho El Dourado)	12	323
Enseada dos Tainheiros - Matriz: peixes carapeba e bagre (emergência)	2	12
Enseada dos Tainheiros - Matriz: água (emergência)	2	32
Rio Agu	5	35
TOTAL	749	2.894

Fonte: SEMARH/CRA
(*) Dados até setembro

No âmbito estadual foi solicitado como área piloto a Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, focando no Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com Produtos Químicos. A Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu é a maior bacia do Estado, abrangendo 87 municípios e foi selecionada como área de atuação do Plano devido a diversos fatores relacionados à sua relevância, destacando-se: ser responsável pelo abastecimento da Região Metropolitana de Salvador, Feira de Santana e regiões do Recôncavo, Chapada Diamantina e boa parte dos 87 municípios inseridos na bacia; presença de um grande número de indústrias no médio e baixo curso da bacia, especialmente na Região Metropolitana de Feira de Santana, segunda maior cidade do Estado, e entorno.

Em 2006, foi implementado o projeto Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com Produtos Químicos Perigosos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu.

Na primeira etapa desse projeto foram executadas três campanhas de coleta de dados em campo, coletados e armazenados dados referentes a 80 municípios da Bacia do Rio Paraguaçu, além da contratação de mão-de-obra e compra de software para implementação de banco de dados geográfico que permitirá o armazenamento, visualização e consulta de informações.

Foram catalogados todas as possíveis estruturas de resposta às emergências em 83 municípios da bacia unidades de saúde, postos de defesa civil, estrutura municipal, unidades dos bombeiros, polícia rodoviária e entidades não-governamentais.

Bases Biorregionais

Com o objetivo principal de gerar conhecimento sobre os biomas baianos para subsidiar a construção de políticas públicas voltadas para a conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, as

bases Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga Semi-Árido atuam em parceria com as universidades estaduais de Santa Cruz - Uesc, do Estado da Bahia - Uneb e de Feira de Santana - Uefs.

Os trabalhos da Base Mata Atlântica têm se voltado para ações de planejamento, essenciais para orientar as estratégias de conservação da biodiversidade da Mata Atlântica no Sul da Bahia, região reconhecida internacionalmente pela sua especial importância biológica por conter ainda os mais expressivos remanescentes florestais do Nordeste brasileiro.

Em 2006, foram realizadas diversas atividades dentre as quais destaca-se a Oficina de Planejamento para a Conservação da Biodiversidade em parceria com o Instituto Sócioambiental da Bahia - Iesb, Ceplac, Uesc, demais instituições que compõem o Sub-comitê Sul da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na Bahia e ainda, pesquisadores, agricultores, indígenas entre outros, com um público de aproximadamente 100 pessoas, o que resultou na definição de mini-corredores prioritários.

A Base Mata Atlântica é responsável pela Coordenação do Sub-Comitê Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, envolvendo o planejamento e execução de atividades, integrando ações, estratégias e políticas de conservação da biodiversidade além da coordenação do Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Ação para a Mata Atlântica - Sul da Bahia.

A Base Cerrado implantou e mantém um Viveiro de Plantas Nativas do Bioma Cerrado com determinação de melhores métodos de propagação de espécies nativas e recuperação de áreas degradadas. Também foi implantado o Herbário do Campus IX - Base Cerrado/Uneb/Barreiras para composição do acervo botânico, com coleta, armazenamento e identificação de espécies nativas da região.

O levantamento florístico do município de Barreiras e a identificação de plantas do cerrado com potencial econômico resultaram na classificação de 148 espécies, segundo o uso. Este levantamento está disponível no portal Seia com acesso a partir do tópico Bases Biorregionais.

A Base Caatinga, em parceria com diversos parceiros institucionais (Uefs, Embrapa, Semi-árido, Centro Nacional de Pesquisa de Solos - Cnpq, Universidade Federal Rural de Pernambuco - Ufrpe, Universidade Federal da Paraíba - Ufpb, Universidade Federal do Ceará - UFC, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Ufrn, SEMARH/SFC), realizou o Mapeamento do Bioma Caatinga do Brasil, no âmbito do Programa de Proteção da Biodiversidade Brasileira - Probio, e Levantamento da Cobertura Vegetal e do Uso do Solo do Bioma Caatinga, o que resultou na confecção de um mapa síntese da cobertura vegetal e uso do solo, obtido por meio da classificação assistida e geoprocessamento de modelos digitais de terrenos e 48 cartas imagens (escala de 1:250.000).

Estudos de Desenvolvimento Ambiental

O Núcleo de Estudos Avançados do Meio Ambiente - Neama, criado em 2002, tem como finalidade planejar, organizar, coordenar e executar ações para promover o conhecimento, informação e inovação, direcionados ao desenvolvimento técnico-científico e apoiar a articulação e participação social na gestão ambiental.

A articulação do Núcleo com o setor público, o setor empresarial, as universidades, as organizações não governamentais e a comunidade foi intensificada, permitindo a participação até setembro de 2006, de 11.484 pessoas nas ações promovidas. Para o fortalecimento de suas atividades

contou com a cooperação técnico-científica e financeira de 20 parcerias.

Em 2006 foi iniciada a 3ª turma do Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a Universidade de Brasília - UNB e a Universidade Estadual de Feira de Santana - Uefs, com a participação de 20 alunos. Foi dado prosseguimento ao Mestrado em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo, realizado pela Ufba/Teclim e apoio institucional do CRA, em sua 5ª turma que conta com 12 alunos. No período realizaram-se 11 defesas de dissertações em Produção mais Limpa.

Os cursos de extensão e treinamentos abordaram diversos aspectos da temática ambiental, ressaltando-se o curso de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde com enfoque em Produção mais Limpa P+L, envolvendo 45 profissionais da área de saúde atuantes em hospitais públicos e particulares.

O Memorial de Meio Ambiente, recebeu visita de 670 pessoas provenientes de universidades, colégios públicos e particulares, órgãos públicos, empresas privadas tanto do Estado da Bahia como de outros estados. Por meio do projeto Expo Neama realizou oito exposições temáticas.

Dentro do programa Quintas Ambientais, foram realizadas sete palestras, envolvendo 863 pessoas. Além da realização de 42 eventos técnico-científicos envolvendo 1.920 participantes do setor público e empresarial, de representantes de ONGs, de estudantes, de professores e da comunidade em geral.

Em 2006, a promoção da Campanha Praia Limpa Todo Dia teve como objetivo incentivar a participação voluntária dos cidadãos na revitalização de um dos mais importantes espaços de lazer da população. Foram realizados 15

mutirões de limpeza com a participação de voluntários e parceiros, além de recolher o lixo, os mais de mil voluntários distribuíram sacos de lixo e material educativo para os frequentadores das praias. A campanha cobriu 23 praias de Salvador e se estendeu aos municípios de Santa Cruz Cabrália, Belmonte, Madre Deus além das Ilhas de Maré e de Vera Cruz.

Na linha editorial CRA/Neama foram publicados dois livros e 34 publicações distribuídas em cinco séries que podem ser encontradas em forma impressa e eletrônica.

Fortalecimento Institucional

Dentre as principais ações realizadas e resultados, em 2006, pode-se destacar:

- Elaboração do Planejamento Estratégico do Centro de Recursos Ambientais – CRA e o desenvolvimento da ferramenta de gestão Balanced Scorecard – BSC;
- Ampliação do Programa Parceiros do Meio Ambiente - PMA, por meio do Projeto "Adote uma pequena empresa na área ambiental", estabelecendo-se 23 vínculos com pessoas jurídicas e físicas, totalizando 43 vinculações entre Adotantes e Adotados. O PMA foi contemplado no prêmio 2006 de "Melhores Práticas Ambientais no Nordeste", na categoria instituições públicas, concedido pela Sociedade Nordestina de Ecologia;
- Criação da Comissão Agenda Ambiental na Administração Pública no CRA, visando adequar os efeitos ambientais das condutas do poder público à política de prevenção de impactos negativos ao meio ambiente, reduzindo o consumo de água, energia e materiais (copos descartáveis, papel e cartucho de tinta);

- Constituição do Comitê Diretivo Provisório da Mesa de Produção mais Limpa P+L, envolvendo 14 instituições além da Mesa Redonda de Produção mais Limpa e Consumo Sustentável;
- Sensibilização e mobilização social, destacando-se o Projeto Voluntários do Meio Ambiente, com a realização de cursos de Educação Ambiental, para a formação de técnicos municipais, lideranças comunitárias, professores, agentes de saúde e pequenos produtores rurais;
- Certificação ISO 9001:2000, que define os requisitos necessários ao Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ;
- Unificação do Sistema de Gestão da Qualidade, certificada pelo Bureau Veritas Quality International, tendo como órgãos acreditadores o Inmetro, United Kingdom Accreditation Service e Ansi-Asq National Accreditation Board, com o seguinte escopo de fornecimento: sistema de licenciamento ambiental; fiscalização ambiental e atendimento emergencial; atendimento ao público e guarda da documentação técnica; sistema administrativo, financeiro e de recursos humanos; e capacitação, informação e inovação do núcleo de estudos avançados do meio ambiente;
- Certificação da Procuradoria Jurídica pela Fundação Vanzolini e reconhecida pela The International Certification Network; e
- Recertificação do processo de atendimento ao público e guarda da documentação técnica.

Ainda como produtos geridos pela SEMARH, destacam-se os sistemas de informações ambientais, conforme descrição a seguir.

Informação Ambiental - Para a sistematização, o tratamento e a disponibilização de informações ambientais, ao público interno e externo, vêm sendo utilizados programas e produtos especializados de geotecnologia. No ano de 2006, foram realizados cerca de 800 atendimentos relacionados à elaboração de mapas temáticos.

Sistema Geobahia - O Sistema de Gestão Ambiental da Bahia tem por objetivo dar suporte as atividades relacionadas à gestão ambiental no Estado e a tomada de decisão. A implementação do Sistema de Informações Georreferenciadas – SIG, conta com a parceria do Ministério Público Estadual da Bahia – MPE/Ba, representado pelo Núcleo Mata Atlântica. O sistema permite a integração, visualização e realização de consultas espaciais ao banco de dados geográficos que contém imagens de satélites, bases cartográficas e mapas temáticos de informações ambientais geradas no Estado da Bahia. Outro produto desta parceria refere-se ao monitoramento das áreas de reflorestamento como as Áreas de Preservação Permanente – APP e as Reservas Legais das empresas de celulose instaladas no Sul do Estado.

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, tem firmado convênio com o CRA com o objetivo de promover a cooperação técnica de intercâmbio de dados de informações georreferenciadas. Dentre os produtos gerados a partir do Geobahia destacam-se:

- Programa de Monitoramento do Estuário do Rio Pojuca Integrado a um SIG – GERCO/PNMA II;
- Gisweb Ambiental - aplicativo disponível no Portal SEIA (<http://www.seia.ba.gov.br>),

que fornece informações sobre a localização de pontos georreferenciados nos ZEE's das APAs Litoral Norte e Joanes-Ipitanga;

- Sistema de Informação Geográfica do Projeto Corredor Central da Mata Atlântica Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7); e
- Sistema de Informação Geográfica das Nascentes do Paraguaçu – PNMA II.

Sistema Estadual de Informações Ambientais

- Seia - Com as atribuições de coordenar, produzir, registrar, armazenar, sistematizar e disseminar as informações de cunho ambiental sobre a qualidade do meio ambiente, o Seia que é gerido pelo CRA, dispõe de um conjunto de informações nas áreas de gestão ambiental, recursos florestais, recursos hídricos, cartográficos e de saúde.

Portal Seia - Com o lançamento da sua terceira versão em 2006, o Seia lançou em seu portal uma página voltada exclusivamente para o público infanto-juvenil, onde estes poderão fazer pesquisas, ter acesso a curiosidades da fauna, flora, e também se divertirão com jogos *on-line* e atividades de conscientização ambiental.

Além dos serviços de tempo e clima, tábuas de marés e consulta de processo de licenciamento ambiental, o Seia também conta com uma página de notícias e uma área de eventos, onde o usuário é informado sobre palestras, cursos, *workshops* e mesas redondas de seu interesse.

Mais de 2 milhões de páginas foram vistas em 2006, acumulando nesses 3 anos de existência, mais de 4 milhões de páginas vistas.



Programa Parceiros do Meio Ambiente

SANEAMENTO AMBIENTAL

Gestão Ambiental de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

As ações para implementação da Política Ambiental da Embasa vêm sendo ampliadas ao longo dos últimos anos, contemplando os projetos, as obras, a operação dos sistemas e o monitoramento das represas e mananciais utilizados como fontes de suprimento.

Criada em abril de 2005, a Superintendência de Meio Ambiente e Projetos - EP, vem promovendo a gestão ambiental integrada com os projetos dos sistemas, a responsabilidade social e as atividades fins da empresa.

Na implementação dessas ações, o órgão conta com o apoio da Comissão Técnica de Garantia Ambiental - CTGA, constituída por 21 membros

representantes das Diretorias da Embasa, e de vinte Comitês de Gestão Ambiental - CGA, criados nas Unidades de Negócios, que têm como objetivo acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais, o desempenho ambiental da empresa e propor ações que minimizem os impactos resultantes das obras e operação dos sistemas.

Licenciamento Ambiental de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

O Governo do Estado, através da Embasa, vem dando continuidade aos trabalhos de regularização ambiental dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando a obtenção das licenças dos sistemas cuja operação teve início antes da Lei Estadual de Meio Ambiente de 1981.

O Quadro 3 apresenta os processos de licenciamento em análise no exercício de 2006.

QUADRO 3

LICENCIAMENTO AMBIENTAL – PROCESSOS EM ANÁLISE
BAHIA, 2006

ÓRGÃO	MUNICÍPIOS	PROCESSOS
Centro de Recursos Ambientais - CRA	Paulo Afonso Itamaraju Alagoinhas Salvador	Nove sistemas de abastecimento de água e dois sistemas de esgotamento sanitário da Unidade de Negócios 42 sistemas de abastecimento de água da Unidade de Negócios 43 sistemas de abastecimento de água da Unidade de Negócios Sistema de reservação e distribuição das zonas de abastecimento atendidas pela Unidade de Negócios da Bolandeira, Federação e Pirajá Sistema de esgotamento sanitário de Salvador, constituído por 33 bacias de esgotamento sanitário
Departamento de Ações Ambientais da Embasa- EAA	Candeias Vitória da Conquista Camaçari Itaparica	Licenciamento das Unidades de Negócios

Fonte: SEDUR/ Embasa

Foi contratada empresa de consultoria para elaboração da documentação técnica e legal necessária à formação dos processos de licenciamento ambiental das Unidades de Negócios de Barreiras, Senhor do Bonfim, Jequié e Caetité.

Em 2006, foram concedidas 24 licenças ambientais e solicitadas ao Centro de Recursos Ambientais - CRA, 16 novas licenças entre localização, implantação, operação, alteração e simplificada.

Pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama, foi expedida, em 2006, a Licença Prévia relativa ao Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe, composto de Estação de Condicionamento Prévio - ECP, com capacidade máxima de 5,9 m³/s, área construída de 1,2ha, emissário terrestre com aproximadamente 1.509 m de extensão e 1.6 m de diâmetro e emissário submarino com extensão total de 3.648 m, incluindo o difusor com 300 m.

Dentre as licenças das obras de Abastecimento de Água concedidas em 2006, destacam-se as Licenças Simplificadas de dez sistemas atendidos pela Adutora do Feijão, a Licença de Implantação do SIAA de Guanambi e a Licença de Alteração do SIAA de Santana / Porto Novo, que contempla diversas localidades ao longo da adutora.

Quanto às obras de Esgotamento Sanitário licenciadas, destacam-se Andaraí e Rio de Contas. Os processos para o licenciamento dos sistemas de abastecimento de água do Litoral Norte, Pedro Alexandre, Jacobina e Lençóis e dos sistemas de esgotamento sanitário de Lençóis e Imbassaí estão em análise no CRA.

Em atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental das barragens, estão sendo implantados projetos e programas em Riacho de Santana, Igaporã, Barra do Choça, Brumado e Mulungu do Morro.

Supressão de Vegetação

Foram elaborados, no ano de 2006, oito processos para solicitação de Supressão de Vegetação em áreas onde serão implantadas obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a exemplo dos processos referentes às barragens de Cristalândia, Serra Preta e Mulungu do Morro.

Os processos de supressão de vegetação referentes ao SES de Andaraí e sistemas de abastecimento de água de Pedro Alexandre e Jacobina, encontram-se em análise.

Acompanhamento Arqueológico

Em 2006, foi contratada a Fundação Escola Politécnica - FEP, da Universidade Federal da Bahia - Ufba, para execução do projeto de acompanhamento arqueológico nas barragens de Serra Preta e Riacho de Santana, em atendimento a condicionantes das licenças de implantação.

Sistemas de Gestão

Sistema de Gestão Integrada - SGI - A partir de dezembro de 2005, a Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente deu início à implantação do SGI, adequando-o às Normas ISO 9001, de qualidade, a ISO 14001, de meio ambiente e a OHSAS 18001, de saúde e segurança. Em julho de 2006 obteve a certificação no Programa Qualiop nível "A", sendo pioneira no Estado nesta certificação.

ISO 14001 - A Embasa estabeleceu como meta implantar um sistema de gestão ambiental nos moldes da ISO 14001, nas Unidades de Negócios, tendo como estratégia certificar um sistema por unidade. Após a certificação dos Sistemas de Produção de Água de Santo Antônio de Jesus, Sistema de Abastecimento de Água de Porto Seguro e os Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Praia do Forte, estão em andamento as certificações do SAA de Ipiáu e do SAA e SES de Lençóis.

Monitoramento de Mananciais

A crescente degradação ambiental que se verifica nas Áreas de Preservação Permanente - APP de rios e represas, com consequências diretas sobre a qualidade dessas águas, motivou a criação do Programa de Monitoramento Georreferenciado dos Mananciais de Abastecimento e Efluentes das Estações de Tratamento de Esgotos e Corpos Receptores - PMG, com vistas a avaliar a situação atual de cada um dos

mananciais utilizados pela Embasa e implementar medidas de controle e conservação da qualidade das águas.

Os trabalhos relativos à implantação do PMG tiveram início em meados de 2004 com a revisão das redes de monitoramento das Represas Joanes I e II e implantação de redes georreferenciadas. Este trabalho é a base para análise e interpretação da condição de um dado manancial, isto porque é delineado um perfil de pontos de amostragem na bacia hidráulica que, além de permitir o rastreamento de uma descarga poluidora, oferece informações acerca da evolução da qualidade da água ao longo do corpo hídrico, permitindo inclusive fazer inferências sobre sua capacidade de autodepuração.

Em junho de 2006, foi concluído o trabalho de revisão e implantação da rede de monitoramento da Bacia do Cobre e encontra-se, em andamento, o trabalho de reavaliação da rede de monitoramento do Rio Sauípe.

A fiscalização das Áreas de Preservação Permanente - APP, constitui-se em uma atividade fundamental do PMG, tendo em vista a influência direta das ações que se desenvolvem nestas áreas sobre a qualidade das águas. Em 2006, foram realizadas inspeções nas Áreas de Preservação Permanente dos mananciais que abastecem a RMS, resultando em ações conjuntas com a Embasa, CRA e a Coppa para coibir ações de degradação registradas durante as inspeções, com destaque para as seguintes ações:

- Joanes I – denúncia de desmatamento em área de influência da barragem, resultando em inspeção e apreensão de madeira cortada ilegalmente; e
- Joanes I e II – está sendo feito um levantamento do uso e ocupação do solo da APP.

Marcos Souza



APA Lagoa Encantada - Ilhéus

Outra linha de ação prevista no PMG é a definição do modelo de cálculo do Índice de Qualidade de Água Bruta – IQA, e sua aplicação na rotina do monitoramento. O IQA foi implantado na avaliação da qualidade das águas dos mananciais de abastecimento da RMS em agosto de 2006.

Recuperação de Áreas Degradadas - O Governo do Estado vem elaborando diversos projetos de recuperação de áreas degradadas e projetos paisagísticos em estações de tratamento de água.

Está em andamento a 2ª etapa do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Educação Ambiental na bacia hidrográfica do Rio dos Mangues em Porto Seguro, através do reflorestamento de 35 hectares de matas ciliares, educação ambiental, formação da associação dos usuários da bacia e monitoramento do manancial (quali-quantitativo).

Encontra-se em elaboração o projeto para implantação de viveiro de mudas nativas e banco de sementes, que atenderá a condicionante da licença de implantação da Barragem de Riacho de Santana.

Foram elaborados cinco projetos paisagísticos em estações de tratamento de água em 2006, dentre os quais estão os de Guanambi, Lençóis e Itaberaba e realizada a reabilitação florestal da captação do sistema de abastecimento de água de Porto Seguro.

Ação Social e Educação Ambiental - A Embasa vem implementando programas de educação ambiental, bem como trabalhos sociais com as comunidades onde estão sendo implantados sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. As ações implementadas em 2006 estão listadas no Quadro 4:



QUADRO 4

PRINCIPAIS AÇÕES SOCIAL E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL IMPLEMENTADAS
BAHIA, 2006

LOCALIZAÇÃO	ATIVIDADES
Santana (Porto Novo, Canabrava, Cedro I, Gameleira) Canápolis (Canabrazinha, Represa, Pontal) Brejolândia (Mombaga) Tabocas do Brejo Velho (Cedro II, Olho d'Água, Olaria) Serra Dourada (Bonito, Charco, Boqueirão, Feirinha, Tiririca)	Acompanhamento do Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social - Peacs/Proágua semi-árido. Trabalho desenvolvido em parceria com a Superintendência de Recursos Hídricos- SRH, com as comunidades de cinco municípios que abrangem 16 localidades. Destaca-se nesse trabalho a criação de parcerias entre os Núcleos de Gestão Ambiental - Nuga, formados pelo Peacs e Comitês de Gestão Ambiental das respectivas Unidades de Negócios das áreas contempladas
Cravolândia, Jaguaquara, Euclides da Cunha, Camacan, Ipiaú, Litoral Norte e Imbassaí	Implantação de Projetos de Educação Sanitária e Ambiental nos municípios com a realização de cursos para formação de agentes multiplicadores em educação sanitária e ambiental, totalizando oito cursos e 67 palestras educativas e dois concursos de redação. Como parte dos Programas de Educação Ambiental, está sendo implementado o Projeto Água Viva para o público de alunos da 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental
Bom Jesus dos Passos e Salvador	Implementação dos Programas de Educação em Saúde e Mobilização Social – PESMS, referentes ao Projeto de Saneamento Ambiental em Regiões Metropolitanas. Convênios de SAA em Bom Jesus dos Passos e SES nas Bacias do Cobre e Periperi
Barragens de Lagoa da Torta, Cristalândia e Riacho de Santana	Acompanhamento social das obras de implantação das barragens, participando da mobilização e organização das audiências e reuniões públicas e realizando o acompanhamento dos processos de desapropriação e indenização das famílias atingidas
Litoral Norte e Imbassaí, Porto Sauípe, Bom Jesus dos Passos, Ipiaú, Camacan, Euclides da Cunha, Jaguaquara, Cravolândia, Itaju do Colônia, Jacobina, Santa Maria da Vitória	Trabalho social junto às comunidades que serão atendidas com as obras de ampliação e implantação de SAA e/ou SES com a realização de reuniões com as comunidades e lideranças para esclarecimento da importância do saneamento básico para a saúde e qualidade de vida da população, dos empreendimentos e dos possíveis transtornos decorrentes das obras, tendo a participação de diversos segmentos das comunidades
Salvador, Itamaraju, Camacan, Itaju do Colônia, Jaguaquara, Cravolândia	Realização de trabalho de mobilização social para adesão dos moradores de Salvador ao Sistema de Esgotamento Sanitário, tendo sido realizadas 25.968 visitas domiciliares, atingindo o total de 14.738 imóveis, cujos proprietários autorizaram a execução das ligações ao sistema. Este trabalho também está sendo realizado nos outros municípios, atingindo o total de 6.104 imóveis, cujos proprietários autorizaram a execução das ligações ao sistema de esgotamento
Salvador (Pirajá e São Caetano)	Participação no Projeto Futuro da Água, em parceria com o Jornal A Tarde, tendo sido realizadas duas palestras nas Escolas Professora Alexandrina Santos Pita e Escola Municipal Bela Vista do Lobato, contemplando 750 alunos
Salvador	Acompanhamento da visita da Missão do JBIC à Salvador para avaliação "ex-post" do Projeto de Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos – BTS, juntamente com a SEDUR, no mês de agosto. Foi realizada a seleção das áreas para aplicação de pesquisa de satisfação junto aos moradores contemplados pelo Sistema de Esgotamento Sanitário, assim como a indicação dos síndicos das quadras condominiais a serem entrevistados
Sub-bacias Nova Brasília e Malvinas	Monitoramento das quadras condominiais da Bacia de Mangabeira, por meio da realização de visitas domiciliares e reunião comunitária, com a participação de síndicos e sub-síndicos das referidas áreas
Rio de Contas, Ipiaú, Jacobina e Salvador, na localidade Bom Jesus dos Passos.	Realização de quatro Reuniões Públicas para apresentação e discussão dos projetos de implantação de SAA e SES nos municípios

Fonte: SEDUR/ Embasa

GESTÃO DOS RECURSOS
HÍDRICOS

Lei dos Recursos Hídricos

Durante os dois últimos anos, sob a coordenação da SEMARH, os entes do Estado que com-

põem o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos construíram, junto com a sociedade, uma nova versão da Política Estadual de Recursos Hídricos. Analisada e discutida com a sociedade, a nova lei incorpora aspectos mais

holísticos na gestão dos recursos naturais, ao sugerir a bacia hidrográfica como unidade de planejamento comum, integrando-se a ela, as unidades de conservação já criadas ou a serem criadas pelo Estado da Bahia.

Esta política permite o cumprimento à Lei n.º 8.538 de 20 de dezembro de 2002, ao assegurar a participação, não somente de usuários, mas também da sociedade civil na formulação de políticas públicas, na gestão de atividades ou serviços que lhe sejam pertinentes.

Criado pela Lei n.º 8.194, de janeiro de 2002, de natureza contábil-financeira, com duração indeterminada, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – Ferhba, tem como objetivo dar suporte financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos e às ações previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas.

No ano de 2006, foram desenvolvidos estudos sobre análise do funcionamento de fundos similares em operação no Brasil, culminando com uma proposta de Regulamentação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos a qual deverá ser apreciada e aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Conerh, conforme determina a lei.



APA Manguê Seco

Outorga do Direito de Uso de Recursos Hídricos

É a outorga que confere ao usuário a segurança traçada pelo limites de concessão para condução dos seus projetos. Com o controle desse mecanismo, a SRH adquire o conhecimento das disponibilidades e das demandas dos diversos setores de usuários, facilitando assim o controle quantitativo e qualitativo sobre o uso das águas. Esse controle permite uma eficiente administração dos conflitos de interesse existentes entre usuários concorrentes, além de facilitar as ações de fiscalização.

No quadriênio 2003-2006 foram emitidas 4.668 outorgas, correspondendo a uma vazão outorgada de 237.058,54l/seg

No exercício de 2006 foram emitidas 341 outorgas com vazão de 12.654,78l/seg, conforme Tabela 8.

TABELA 8

OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS BAHIA, 2006 (*)

BACIA	SEDE DA RAA	MANANCIAL				TOTAL	
		SUPERFICIAL		SUBTERRÂNEO		VAZÃO OUTORGADA l/seg.	QUANTIDADE DE OUTORGAS
		l/seg.	Quant.	l/seg.	Quant.		
São Francisco	Barreiras	2.760,93	13	408,95	9	3.169,88	22
	Santa Maria da Vitória	4.069,02	12	15,92	8	4.084,94	20
	Guanambi	252,57	3	13,74	4	266,31	7
	Irecê	3,62	1	151,55	60	155,17	61
	Juazeiro	1,89	1	8,17	6	10,06	7
Itapicuru	Senhor do Bonfim	123,05	11	988,28	9	1.111,33	20
Paraguaçu	Itaberaba	1.619,83	38	481,96	69	2.101,79	107
Contas	Jequié	635,47	29	39,17	25	674,64	54
Pardo, Jequitinhonha, Itanhém, Mucuri	Eunápolis	1.071,13	40	9,53	3	1.080,66	43
TOTAL		10.537,51	148	2.117,27	193	12.654,78	341

Fonte: SEMARH/SRH
(*) Dados até setembro.